

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Diretoria de Programas Horizontais e Instrumentais
Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação

PROGRAMA BASICO DE SOCIOLOGIA

BOLSA DE PESQUISADOR VISITANTE
RELATÓRIO TECNICO PARCIAL

Resumo das Atividades Executadas no último Período de vigência da bolsa.

Nome do Pesquisador : Eric Pierre SABOURIN
Nº do Processo: 307713/2004-0
Instituição (por extenso): **Universidade de Brasília (UnB) - UF: DF**
Área/subárea do projeto: Ciências Sociais / Sociologia Rural
Pesquisador CNPq: Categoria/Nível : 1D
Situação em relação ao projeto: Projeto individual
O projeto apoiado pelo CNPq desde: 02 / 2005

I - Título do projeto apoiado pelo CNPq

Contribuição dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares para métodos e instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural

Principais objetivos do projeto original:

O objetivo geral do projeto é estudar a viabilidade e as condições de ampliação, de institucionalização e de mudança de escala dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares, geradores de bens comuns e públicos.

Objetivos específicos

- Levantar diferentes experiências, suas modalidades de funcionamentos, destacando as semelhanças e as divergências entre elas;
- Analisar formas de interação entre ações coletivas e intervenção pública;
- Evidenciar os efeitos desses dispositivos sobre as transformações da agricultura familiar em termos sociais, territoriais e econômicos;
- Contribuir para um referencial técnico com vista à elaboração ou adaptação de instrumentos de políticas públicas de desenvolvimento rural;
- Contribuir para as redes brasileiras e internacionais integrando essa temática

II - Principais etapas executadas no período

O projeto inicial foi dimensionado para 3 anos (36 meses), mas a metodologia foi adaptada para dispor de resultados parciais, divulgáveis ao termo do primeiro ano de trabalho, embora apenas dois estudos de caso aprofundados estejam sendo iniciados.

Fase 1. Inventário de experiências significativas (abril-setembro de 2005)

- **Meta 1** - Prazo : junho de 2005 : Síntese bibliográfica sobre as abordagens teóricas dos dispositivos coletivos e da interação entre ação coletiva e ação pública no marco de ações de desenvolvimento rural.

- **Meta 2** – Prazo, setembro de 2005 : Elaboração de uma matriz de análise e avaliação desses dispositivos e seleção de experiências para os estudos de casos mais aprofundados.

Fase 2: Acompanhamento aprofundado de estudos de caso (a partir de junho de 2005)

- **Metas 3 e 4** – Prazo, dezembro de 2005: Realização de dois estudos de casos aprofundado, mobilizando estudantes aplicando a matriz de análise.

- Concepção de inovação em parceria, Unai-MG (STR, assoc, Embrapa , UnB, Emater, Incra)

- Universidade Camponesa no Cariri (projeto Unicampo -Sumé Paraíba)

Esse acompanhamento é realizado mediante um enfoque de Pesquisa-Ação em parceria, que resulta exigindo muito mais tempo que uma simples avaliação externa (Liu, 2003, Thiollent, 1993).

A Pesquisa Ação em Pareceria (PAP) corresponde ao encontro entre uma intenção de pesquisa e uma vontade de mudança. Procura ao mesmo tempo, produzir conhecimentos e mudar a realidade por meio da ação. Cada ciclo da PAP aborda elementos comparáveis a aqueles de qualquer enfoque analítico, como :

- Diagnóstico
- Formulação da problemática e elaboração das hipóteses (meios, resultados)
- Experimentação
- Avaliação, conclusão.
- Capitalização (valorização) restituição, divulgação.

Porem, a especificidade do enfoque PAP é mais bem descrita pela divisão de cada ciclo elementar de PAP em 3 momentos principais.

1. a constituição do ator coletivo inicial e a elaboração da primeira problemática comum
2. a implementação de uma organização « transitória », definição dos modos de funcionamento e fase de realização.
3. Desengajamento e avaliação

Fase 3: Tratamento de dados, restituição e síntese intermediária. Outubro-dezembro 2005

- **As metas 5 e 6** (ações transversais de ensino, seminários e valorização científica) foram realizadas ao longo do período.

III - Apresentação e discussão sucinta dos principais resultados obtidos

Essa parte central é dividida em dois capítulos. O primeiro apresenta resultados parciais depois de seis meses de pesquisa e o segundo capítulo discute os limites e ensinamentos desses resultados assim como as perspectivas para as próximas fases do projeto.

Os primeiros resultados de caráter geral foram produzidos por quatro fontes de dados:

- uma revisão da bibliografia, essencialmente dados secundários: relatórios de instituições públicas, de organizações de agricultores e alguns estudos acadêmicos recentes sobre o tema
- uma análise comparativa de dez estudos de caso sobre os efeitos das interações entre dinâmicas locais e políticas públicas sobre o desenvolvimento da agricultura familiar (Tonneau e Sabourin, 2005)
- a atualização dos dados sobre experiências específicas no Nordeste semi-árido
- os primeiros dados do estudo aprofundado de dois dispositivos em Unai-MG e em Sumé, no Cariri da Paraíba.

1. Um dialogo difícil, mas proveitoso entre agricultores e Estado

Nas diversas regiões do Brasil, novas formas de ação coletiva dos agricultores têm se implementado entre as comunidades camponesas ou rurais e as organizações dos produtores familiares (associações, sindicatos). Trata-se, por exemplo, dos bancos de sementes, dos fundos rotativos e consórcios, dos grupos de monitores ou agricultores experimentadores, dos grupos de comercialização. Esses grupos e iniciativas se caracterizam como dispositivos coletivos de manejo de recursos naturais comuns (água, pastagem, sementes) ou de produção de bens públicos ou comuns: formação, informação, inovação, mercado, etc. Vários desses dispositivos se mobilizaram no seio de movimentos ou redes da sociedade civil: fóruns híbridos ou articulações (semi-árido, água, transgênicos, sementes) para conseguir um reconhecimento ou um apoio por parte dos serviços públicos, em particular dos Estados. A maioria dessas experiências sendo assumida por meio de diversas formas de organização dos agricultores, utilizaremos o termo genérico de “dispositivos coletivos ou institucionais” no sentido dado por Mormont (1996): *arranjos e configurações entre atores de diferentes tipos numa perspectiva de regulamentação*.

Essa primeira parte de resultados divide-se em três sub capítulos.

Apresentamos primeiro alguns elementos sobre a natureza e as características desses dispositivos dos agricultores no caso do Nordeste semi-árido. Em seguida analisamos as características e as dificuldades da interação entre organização local e ação pública, tanto a partir dos casos do Nordeste como das outras regiões (Amazônia, centro-oeste e sul). O terceiro sub capítulo apresenta os primeiros elementos do acompanhamento privilegiado de dois dispositivos: a construção de inovação em parceria em Unai-MG e a Universidade Camponesa de Sumé-PB.

1.1. Dispositivos coletivos ou institucionais dos agricultores no Nordeste

As transformações e a modernização da agricultura, em particular da agricultura camponesa e familiar, estão ligadas, entre outros, a ação coletiva e a diversas formas de organização dos agricultores (Abramovay e Veiga, 1999; Sabourin, 1999, Abramovay, 2002).

As novas formas de governância do desenvolvimento rural no Brasil caracterizam-se por três tipos de processos interligados: o desengajamento do Estado de certos apoios diretos à

produção agropecuária familiar (em termos de infra-estruturas, comercialização, assistência técnica, capacitação e crédito); a segmentação das políticas públicas em programas específicos, mais de ordem social que produtivos (pobreza rural, meio ambiente, gênero, jovens, assistência social, segurança alimentar), e, mais recentemente a abordagem territorial e participativa. Neste contexto, frente ao desengajamento ou às carências do Estado, as organizações de agricultores passam a assumir novos papéis. Essas iniciativas cabem tanto a organizações formais (sindicatos, cooperativas ou associações de produtores) como não formais (comunidades, grupos de ajuda mútua, consórcios, grupos de interesse), ou, ainda, a redes, em particular os fóruns híbridos (Callon et al, 2001) e articulações associando indivíduos, organizações e empresas (Sabourin, 2003, Sabourin *et al.*, 2004). Os casos analisados no Nordeste: os bancos comunitários de sementes (BCS), os grupos de agricultores -experimntadores (A-E) e os fundos rotativos para construção de cisternas estão situados no Cariri e no Agreste do Estado da Paraíba, o manejo dos fundos de pasto no município de Juazeiro na Bahia.

Origens e emergência

No Sertão Nordestino, a maioria das organizações de agricultores e de trabalhadores rurais tem suas raízes no movimento sindical camponês (Ligas Camponesas no fim dos anos 50, sindicatos de trabalhadores rurais dos anos 70) ou nas CEB's, Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica (anos 60-80) às vezes, nos dois (Amman, 1985). A democratização dos anos 1980-90 favoreceu a autonomia dessas organizações com relação à tutela dos partidos, das igrejas ou dos políticos locais.

O fato de essas organizações terem progressivamente assumido funções coletivas de produção de bens públicos além da defesa dos interesses de classe ou de grupos sócio-profissionais se deve a dois elementos :

- a tradição sertaneja de sistemas de gestão comunitária de recursos naturais : água, pastagens, floresta (caatinga), sementes, terras, etc.
- as carências do Estado e das coletividades territoriais para assumir certos serviços e bens públicos de base no meio rural : educação, capacitação e extensão, assistência técnica, crédito. Essas carências foram acentuadas pelo duplo fenômeno de descentralização das funções de apoio do Estado Federal sem transferência dos recursos correspondentes aos Estados e municípios, e de redução ou de privatização de serviços para a agricultura familiar (ATER).

Finalmente, três processos mais recentes vieram reforçar as modalidades de articulação entre iniciativas coletivas localizadas:

- A criação dos CMDR (Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural), para tomar as decisões relativas aos investimentos municipais em matéria de infra-estruturas coletivas introduzindo uma territorialização do desenvolvimento rural, com a implantação do PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) em 1995 (Abramovay e Veiga, 1999);
- a constituição de pólos sindicais reunindo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de várias municipalidades (10 a 16) na escala da micro-região; o mais notável na Paraíba é o Pólo Sindical da Borborema;
- a criação de fóruns mistos e o engajamento de ONG's e de universitários junto aos movimentos sociais camponeses nessas articulações « híbridas »; vale citar em particular a Articulação do Semi-Árido/Paraíba (criada em 1993) e a Articulação no Semi-Árido/Brasil (criada em 1999).

Quadro 1. Tipologia dos novos atores coletivos no meio rural Nordeste

Uma primeira série de iniciativas provém da federação de organizações sócio-profissionais de agricultores (associações comunitárias) ou do agrupamento de sindicatos municipais de trabalhadores rurais em « pólo sindical regional ».

O segundo tipo corresponde a dispositivos coletivos de agricultores sem estatuto jurídico, porém assegurando funções de interesse individual (familiar) e coletivo de apoio à produção e a outras funções de interesse comum ou público : bancos comunitários de sementes, grupos de agricultores experimentadores, grupos de crédito mútuo (consórcios e fundos rotativos).

A terceira forma de articulação é constituída pelos fóruns mistos da sociedade civil (também chamados de fóruns híbridos) reunindo organizações de agricultores, sindicatos agrícolas, como também representantes ou técnicos de ONG's, de universidades, de instituições religiosas e personalidades independentes, como a Articulação do Semi-Árido.

Principais características

Nesses dispositivos coletivos ou institucionais encontramos quatro elementos recorrentes :

- i) são criados por grupos de agricultores para assegurar o apoio a uma produção familiar destinada ao mercado ou a fins domésticas (água, auto consumo)
- ii) asseguram ao mesmo tempo outras funções (não mercantis) de interesse comum ou geral: preservação da biodiversidade, manejo da caatinga, segurança alimentar local, abastecimento em água, produção de referências e inovações técnicas, etc;
- iii) funcionam essencialmente na base de prestações gratuitas (ajuda mútua, mutirão, compartilhamento, redistribuição, etc) fundadas ou regidas por regras de reciprocidade¹ e associadas a uma identidade coletiva;
- iv) beneficiam de um reconhecimento, de um apoio institucional ou financeiro público (municipal, estadual ou federal), essencial para o seu funcionamento, mas fonte de tensões entre ação coletiva e ação pública.

Dispositivos coletivos locais de apoio à produção familiar : essas iniciativas foram importantes, e até essenciais no caso dos fundos de pasto, para a produção e a sobrevivência das unidades familiares. Os bancos de sementes (BCS) e as cisternas associam um apoio à produção e uma segurança em termos de abastecimento em milho e feijão e em água potável. Por outra parte, esses dispositivos apenas têm existência e resultados em função do seu caráter coletivo. O sistema de manejo dos fundos de pasto funciona na escala da comunidade ou do distrito ; o sistema de construção e funcionamento de cisternas e os bancos de sementes são associativos ou comunitários. Os Grupos de Agricultores-Experimentadores (AE) reúnem (como os bancos de sementes às vezes) várias comunidades vizinhas. Esses dispositivos remetem, por tanto, no seu funcionamento e nos seus resultados, para escalas territoriais maiores que a unidade de produção: a comunidade ou várias comunidades (Fundos de pasto, BCS), o município (cisternas) ou o território regional (Pólo sindical da Borborema).

Dispositivos multifuncionais : além do apoio à produção, o manejo dos fundos de pasto nas comunidades de pequenos criadores extensivos da Bahia contribui para preservar, para as gerações futuras, áreas de caatinga, ricas em biodiversidade, e para assegurar a

¹ Reciprocidade no sentido antropológico : a reciprocidade relaciona atos redobrados ; trata-se de atos entre seres humanos ou melhor dito, capazes de tornar-se humanos graças a reciprocidade. Entendemos a reciprocidade no sentido dado para Chabal (2005) como a *relação trans subjetiva pela qual existem sujeitos, considerando que esses não pré-existem às suas relações.*

reprodutibilidade de um verdadeiro modo de vida em torno da criação de caprinos e ovinos.

Os bancos de sementes contribuem para a conservação das variedades locais de milho e feijão e para a segurança alimentar. A coleta de águas de chuva reduz os custos de acesso ao lençol freático, o uso de sistemas de açudes abertos, e garante um acesso descentralizado e autônomo a uma água de qualidade, protegendo a saúde das famílias.

Dispositivos de ajuda mutua fundados na reciprocidade

Essas experiências se apóiam sobre praticas anteriores de ajuda mutua (trabalho, sementes) de manejo compartilhado de recursos comuns (pastagens, terras, água) e de redistribuição local da produção (grãos e pequenos animais). Essas práticas eram antes garantidas pelo respeito das regras de reciprocidade de origem camponesa (Mendras, 1976), impostas pela pressão social local ou pela autoridade dos mais velhos, patriarca ou coronel (Sabourin, 2003, 2004). O caso dos fundos de pasto mostra o sucesso da adaptação de formas e regras de reciprocidade camponesa numa estrutura institucional moderna e formalizada : a associação de produtores. Trata-se de um caso que, precisamente, pode ser associado ao fato social total de Mauss (1924), porque é tudo o sistema de produção e de vida do grupo que depende do respeito dessas regras comuns em torno do fundo de pasto. Mas a regras de reciprocidade nunca estão definitivamente estabilizadas, nem gravadas no mármore. Justamente, com o sucesso da experiência e a manutenção das famílias de criadores nos fundos de pasto, apesar das secas, essas regras devem ser reajustadas com o aumento da carga animal e da pressão sobre o recurso. Geralmente, nas relações sociais hoje, essas normas são submetidas a concorrência das normas do intercâmbio ou do mercado capitalista, cada vez mais estendidas.

Essas experiências foram construídas socialmente e historicamente; continuam dependendo de processos de aprendizagem institucional, por exemplo, das diferentes regras e lógicas, na interface entre local e global (Ostrom, 1992, 1998). As dificuldades dependem, também da confusão quanto à natureza dos sistemas, nesta interface entre princípios da reciprocidade e princípios do livre câmbio capitalista. A reprodução dos processos de reciprocidade depende de relações e de estruturas sociais e econômicas hoje ameaçadas. A sua atualização ou reinterpretarão por meio de formas de organização de natureza essencialmente produtivista (associações e cooperativas) e reguladas pelo sistema de intercâmbio da também lugar a tensões ou a conflitos de interesses (Sabourin, 2005, Temple, 1997).

1.2. Interação entre dispositivos coletivos dos agricultores e políticas públicas

Alem dos dispositivos do Nordeste semi-árido, a análise dessa interação apóia-se sobre a análise comparativa dez casos no conjunto do Brasil (Tonneau & Sabourin, 2005)².

A interação entre ação coletiva dos agricultores e a ação pública

Primeiro, a institucionalização desses dispositivos permite o seu reconhecimento publico e, logicamente, isto contribui para a sua permanência ou para acessar a apoios ou recursos públicos. Quatro elementos recorrentes aparecem ligados a esse processo de institucionalização, apesar das dificuldades:

² As regiões da Serra Geral em Santa Catarina e do Alto-Uruguay no Rio Grande do Sul ; o município de Sylvania e o território Kalunga no Estado de Goiás, o município de Uruará e a região de Marabá no Pará; os municípios de Quixeramobim (Ceará), de Juazeiro na Bahia e de Lagoa Seca na Paraíba, para o Nordeste.

- a emergência de uma iniciativa local em reação a uma crise ou via uma intervenção externa
- o uso das formas de organizações profissionais para institucionalizar o dispositivo;
- a negociação de apoio público mediante um movimento social amplo da sociedade civil;
- as tensões e contradições com as políticas públicas.

Iniciativas locais provocadas : as iniciativas nascem de uma situação insatisfatória, de uma crise. Desenvolvem-se a partir de um enraizamento na comunidade, no território local, mesmo se esse for recente e ocupado por meio de um processo de colonização (Uruara e Marabá no Pará). As iniciativas locais emergem geralmente a partir da ação de uma entidade externa, muitas vezes ligada às igrejas: MEB, Comunidades Eclesiais de Base (Sylvania-GO, Quixeramobim-CE) Comissão Pastoral da Terra (Marabá), as ONG (Aspta em Lagoa Seca - PB), mais raramente uma instituição pública (Codevasf em Juazeiro-BA).

O uso das formas de organizações profissionais : No sul, no Centro-oeste e no Nordeste, as regras anteriores de reciprocidade, em particular aquelas estabelecidas em torno do compartilhamento ou da redistribuição de fatores de produção (terras, trabalho) ou de recursos comuns (água, saberes, técnicas) não respondem mais ao conjunto das exigências da atividade agrícola e, sobretudo, as condições colocadas pela intervenção das políticas públicas. Evoluções ou adaptações são necessárias.

As comunidades recorrem, portanto, a novas formas de organização propostas ou impostas pelos poderes públicos ou por agentes externos (Igreja, ONG's), para assumir novas funções. Da mesma maneira, a integração progressiva à sociedade nacional e ao mercado de intercâmbio (administração, escola, serviços técnicos, bancos) levou as comunidades a dotar-se de novas estruturas de representação, de cooperação e de intercâmbio monetário. Os fundos de pasto da Bahia sendo ameaçados de invasão e grilagem, a criação de associações de produtores permitiu resolver a obtenção de títulos de propriedade coletiva. O estatuto de associação de produtores permitiu aos bancos de sementes de receber apoio público. Sem estatuto, os fundos rotativos de construção de cisternas têm mais dificuldade para institucionalizar suas práticas e transações.

Nos perímetros irrigados, nas áreas de reforma agrária ou na Amazônia, a colonização ou a migração, os deslocamentos, obrigaram a construir novas organizações, novos dispositivos.

Uma das principais conseqüências é a formação de lideranças, de redes e articulações intermunicipais tais como fóruns municipais e regionais, redes temáticas (cidadania, jovens, mulheres, etc), conselhos regionais, pólos sindicais e movimentos regionais da sociedade civil, que vão pouco a pouco criar o movimento social³.

O apoio dos novos movimentos sociais rurais

As comunidades, os assentamentos de reforma agrária e as suas organizações de base não têm o poder de negociar diretamente apoios públicos e passam pelo apoio de movimentos sociais mais amplos. Nos anos 1980-85 foi via uma aliança entre a Igreja católica e os sindicatos de trabalhadores rurais que negociou com o Governo Waldir Pires, o projeto “fundos de pasto” (Sabourin et al, 1995). Para os bancos de sementes e as cisternas na Paraíba, foi a Articulação Semi-Arido Paraíba, um fórum regional híbrido reunindo associações, STR, Igreja, ONG e personalidades, que assegurou a negociação com a Secretaria de agricultura e com o governo federal, criando a ASA Brasil, para negociar e manejar o Programa PMC 1 (Sabourin et al, 2005). No caso da Amazônia, o movimento sindical, mesmo se apoiado pela igreja, já foi

³ Um movimento social pode ser definido como uma dinâmica de organização (formal ou não) que supõe uma « atuação em conjunto intencional » e uma motivação de tipo reivindicativo ou de defesa de uma causa.

constituído no momento da colonização e dos projetos de reforma agrária, portanto aparece como a base da construção de um movimento social regional mais amplo. Este assegurou a transformação do sindicalismo oficial e único da Contag (da assistência médica para aposentadoria e logo apoio a produção), pela influência do Departamento da CUT Rural, ou ainda pela a criação de novos "movimentos" sem terra, MST, etc. Essa articulação entre várias iniciativas locais, associadas a organizações cria condições para o desenvolvimento de uma dinâmica de organização da sociedade local: Centro Agro ecológico do Tocantins em Marabá, Movimento pela Defesa da Transamazônica em Uruara-PA.

Obviamente, para cada comunidade ou estrutura de base, isto supõe: i) compartilhar os benefícios com outras organizações, ii) participar de processos de delegação de poder de representação e de responsabilidades (Ostrom, 1992) e iii) aceitar um mínimo de institucionalização das transações ou transferências de recursos, por meio de acordos ou de contratos (Bittencourt, 2003). Esses três passos representam um importante processo de aprendizagem coletiva ou institucional: aprendizagem de conhecimentos, de posturas, de regras, de normas (Aggeri & Hatchuel, 2003), mas também de valores: confiança, responsabilidade, justiça, (Temple, 1998). Tais fenômenos de aprendizagem de regras (contratos, gestão, mercados, formação de preços, contabilidade) contribuem para o fortalecimento das capacidades das organizações e para a sua progressiva autonomia das tutelas. A dinâmica de organização fortalece a abertura ao exterior, por meio dos intercâmbios, da capacitação formal e informal (a luta é um processo de educação...) e logo da captação de financiamentos. A diferença dos sindicatos tradicionais, limitados a assistência médica e a gestão da aposentadoria, esses movimentos passaram também a lutar para os meios de produção: em primeiro lugar a terra, mas também a água, o crédito.

Multiplicaram-se espaços de diálogo. Houve uma institucionalização dos foros (CMDRS's, Câmara Técnica, Conselhos Regionais do RS), como principal espaço de discussão entre os diferentes atores do desenvolvimento regional. Nesses espaços, a aproximação entre os atores das instituições do Estado e do movimento social permitiu um debate sobre as condições da aplicação do orçamento público.

Dificuldades da interação entre a ação coletiva dos agricultores e a ação pública

Os diversos casos indicam as mesmas tensões na aplicação das políticas. São devidas a rupturas e descontinuidades dos programas públicos, as diferenças de ritmo e de prioridade econômica ou social em termos de investimento entre os formuladores das políticas e as organizações rurais, mas também, a falta de compromisso ou de competências dos serviços técnicos ou das empresas privadas contratadas.

As políticas são implementadas por instituições de estado que reivindicam e cultivam as "suas diferenças" tais como Ibama, Incra, Emater's. São políticas essencialmente setoriais e pouco integradas. A agregação de medidas e instrumentos sucessivos como no caso da política agrícola e de desenvolvimento rural, dividida em três ou quatro ministérios, não ajuda realmente a construir uma ação pública.

Essa fragmentação ocorre apesar das iniciativas do ex Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, recentemente transformado no CONDRAF e ligado a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2003). É significativo constatar que o conceito integrador de "território" gerou a delimitação de tantos territórios sem coordenação, entre aqueles do SDT, do Ministério da Integração Regional e do Ministério do Meio Ambiente. Aparecem contradições entre as

diferentes políticas entre política agrária e ambiental, ou entre apoio produtivo e assistência social. Bitencourt (2003) analisa a não adaptação do sistema bancário para fornecer o crédito à agricultura familiar e insiste na necessidade de uma nova institucionalidade.

A relação com o poder político continua sendo mediada. O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) constitui um espaço de negociação entre o poder federal e os poderes locais (prefeitos e deputados). A negociação depende também da força de organização da sociedade civil e do peso do assistencialismo, desde o clientelismo tradicional dos coronéis do Nordeste (Quixeramobim) até o assistencialismo dos novos mediadores (ONG, partidos políticos, igreja, etc) .

O assistencialismo e o clientelismo podem vir também dos interesses dos consultores técnicos remunerados por produto ou pela porcentagem do montante dos empréstimos negociados entre o banco e o agricultor (Duque & Cirne, 2001). Por exemplo, existem tensões entre a Articulação do Semi-Árido/Paraíba e o governo quanto ao ritmo do programa de construção de cisternas. Assim, o governo exige prazos extremamente limitados entre a liberação dos recursos e a prestação de contas, prazos que, segundo a ASA/PB, não são compatíveis com o trabalho educativo que caracteriza o programa nesse Estado, onde houve uma decisão coletiva de realizar o programa organizando grupos que administram os recursos pelo sistema dos Fundos Solidários Rotativos (Duque e Oliveira 2003). Além do mais, para a aprendizagem de todo o processo de construção das cisternas e de manejo dos fundos rotativos, prazos apertados não permitem o trabalho necessário de mobilização, conscientização e capacitação. Por outro lado, a possibilidade do governo repassar recursos às prefeituras para realização de uma parte do programa causou grande preocupação. Para a sociedade civil paraibana, a distribuição gratuita de cisternas construídas por firmas privadas com altos custos, representa uma verdadeira regressão: i) o fim dos programas de capacitação para autoconstrução, ii) o risco dos beneficiários deixarem de se sentir responsáveis e iii), a volta do clientelismo político.

Do lado das organizações encontra-se, muitas vezes, uma reprodução das mesmas práticas clientelistas e paternalistas que as da oligarquia política e fundiária.

Essas estruturas estão à imagem da sociedade brasileira e, portanto, atravessados por tensões e conflitos intra e inter institucionais. Os debates podem ser acirrados, os conflitos importantes; por exemplo, os afrontamentos entre grupos de base dos STR (Contag) e do MST, são as vezes, fisicamente violentos, o que pode explicar as dificuldades de coabitação ou de articulação entre suas respectivas hierarquias. A aprendizagem ao nível das bases é ainda reduzida ou lenta demais para garantir uma crítica e um controle social (Sidersky *et al*, 2004).

1.3. Acompanhamento de dois dispositivos em construção

O estudo aprofundado de dois dispositivos em curso de elaboração recém iniciado ainda não produziu resultados significantes. O interesse de acompanhar casos privilegiados desde a sua fase de elaboração reside tanto na oportunidade de identificar mecanismos-chaves como na possibilidade de intervir no processo a partir de um enfoque de pesquisa-ação.

Um dispositivo de concepção e de adaptação de inovação em parceria em Unai

O Município de Unai-MG é famoso por ser o maior produtor de feijão do Brasil e um dos campeões em matéria de agro-negócio do leite e da soja para a região Cerrados. A agricultura familiar é também presente e ativa. A mecanização e a competitividade da produção ocasionaram a exclusão da terra, tanto de assalariados como de pequenos proprietários, o que levou à um movimento de reforma agrária liderado pelo Sindicato municipal de

Trabalhadores Rurais (Contag). O município conta 26 assentamentos e 5 acampamentos, a densidade a mais importante da região centro-oeste. Desde o ano 2000 o Grupo de Trabalho de Reforma Agrária, a faculdade de educação da UnB e a Embrapa Cerrados têm atuado junto aos assentados por meio de dois projetos : um curso técnico de agente de desenvolvimento rural por alternância, específico para jovens e filhos de assentados, financiado pelo INCRA (Gregolim e Dansa, 2004, Pereira, 2004), e um projeto de adaptação e utilização de dispositivo participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos, financiado pelo CNPq, a Embrapa e o Cirad (Cooperação Francesa), com participação da Emater local e do INCRA regional.(Zoby et al, 2003, Rocha et al, 2003).

O projeto adotou um enfoque de pesquisa - ação em torno de quatro eixos

- criação de uma rede de lotes para produção de referências técnicas e socioeconômicas;
- planejamento participativo estratégico em 3 assentamentos (Sta Clara, Jiboia, Paraíso)
- apoio a grupos de interesse temáticos para experimentação técnica e institucional
- estudos de mercado para os produtos locais.

Em vista do desengajamento progressivo da pesquisa, as organizações de agricultores (STR, Cooperativa local e associações de assentados) se associaram aos serviços técnicos para montar um dispositivo de construção e divulgação de inovação em escala municipal, para o conjunto dos agricultores familiares de Unai. O STR solicitou seu credenciamento como entidade de assistência técnica junto ao MDA e graças a bolsas do CNPq e da Embrapa, jovens técnicos e agrônomos estão colaborando para criar um corpo técnico municipal, administrado pelo STR, e contando com o apoio da Embrapa, Emater e UnB. Três temas de trabalho prioritários foram identificados:

- adaptação de novos sistemas de cultivo: arroz, feijão e plantio direto de milho e sorgo
- qualidade da produção de leite (forragem, tanques, qualidade, etc)
- valorização econômica de produtos locais: baru, mandioca, etc

Os princípios do dispositivo

1. A parceria: trata-se de um conceito mais preciso e qualificado que a noção de *participação* (muitas vezes usada em diversos sentidos). A parceria é inter institucional (Embrapa, STR, Associações, UnB, Emater, Incra; Escola Técnica, Prefeitura Municipal, etc) e se dá na construção compartilhada do conhecimento (diagnóstico, produção de referências, experimentação, planejamento, monitoramento-avaliação). Parceria *significa também dignidade e reconhecimento do valor do outro, compromisso comum, contrato social. Quer dizer fazer juntos, cada um com as suas competências e dentro das suas responsabilidades institucionais, e não um fazer no lugar do outro* (Zoby et al, 2005).

2. A aprendizagem : trata-se de produção e aquisição de conhecimentos, mas também de regras e de valores: i) de maneira compartilhada e interativa, ii) num confronto entre saber local e saber técnico científico, iii) mediante a capacitação dos parceiros para construir o protagonismo e para assegurar competências nas diversas entidades para os passos seguintes.

3. O construtivismo : não existem receitas transferíveis a qualquer situação. A construção do conhecimento é conjunta e compartilhada – no diagnóstico, na construção das referências técnicas, econômicas e organizacionais.

A construção de esse novo ator coletivo supõe alguns passos anteriores ao funcionamento do dispositivo institucional :

- a elaboração de uma problemática comum, a partir de uma representação compartilhada da

realidade, de uma primeira “generalidade” (Aggeri, 2001). Uma atualização conjunta do diagnóstico dos assentamentos e dos seus coletivos está sendo iniciada.

- a criação de uma organização transitória para administrar o dispositivo: não se trata de evitar os conflitos, mas de antecipar a sua gestão mediante uma análise das estratégias específicas de cada ator envolvido (Quadros 2 e 3) e a constituição de uma comissão de arbitragem.

- a intensificação de um processo de aquisição de competências dos novos técnicos: essa aprendizagem vai se dar “in situ” na participação dos novos técnicos às tarefas de pesquisa, experimentação e divulgação dos técnicos das instituições de P & D.

Quadro 2 : Principais atores públicos do dispositivo de inovação agropecuária em Unai
Breve análise comparativa

<i>Entidades</i>	EMBRAPA	Emater	UnB	Escola técnica	Prefeitura	Incra
<i>Variáveis</i>						
Estatuto	Público federal	Publico estadual	público federal	público estadual	Publico municipal	Publico federal
Mandato	Pesquisa P&D agron	Extensão ATER	Ensino pesq. e extensão	Ensino profissional	Administraç ao local	financiam.
Financiam atividades	Cnpq, Cirad Embrapa	Estado e Pronaf	União e coop. internacional	Estado e Incra	Repasse União	União
Função principal na região	P & D e apoio escola	Ater, Crédito	Extensão Univ e Curso altern.	Curso técnico por alternância filhos de RA	repasse infra-estrutura	RA e financiam Pronera
Estratégia local	Aplicação enfoque AF a ass de RA	Cumprir metas da Empresa	Exp metod e inovação extensão	Exp. Inovação institucional e pedagógica	reeleição, repassar verbas	Posição coporativista
Objetivos no dispositivo	Mudança escala método do PP Unai	Ampliar atendi. RA e métodos	Experimentar. métodos novos	Engajar prof e ex alunos		
Percepção pelos produtores	Positiva, pedem mais apoio direto	Não da conta da necessidade	Positiva mas presença irregular	Muito positiva,		
Percepção pelos técnicos/ext	Interes. mas pouco eficie e realista		Postura muito acadêmica			
Posição indivíduos	engajamento	1 engen. interessada	Voluntarismo forte	Diretor inovador		
ação marcante	Tanque, SCV e dia campo	Crédito Ass	Curso alt. e apoio leite	Curso por alternância	Assistência social	Atraso

AF = agricultura familiar , PP projeto pesquisa, RA : Reforma agrária, SCV : cultivos com cobertura vegetal

Esse quadro mostra uma cooperação entre entidades públicas, entre elas, e com as organizações de agricultores, bastante densa, o que constitui um elemento favorável em termos de ambiente institucional. Por outra parte, um dos atributos do caso Unai é a vontade de atrelar dispositivos de capacitação e de formação localizados e específicos aos esforços de responsabilização e de fortalecimento institucional das organizações de agricultores.

A implicação local dos professores e pesquisadores da Unb, da Escola Técnica Estadual e da Embrapa, mesmo tendo um caráter voluntarista, e às vezes, militante, caracteriza-se também por um profissionalismo e um rigor técnico, incluindo, pelo próprio confronto com a realidade e com os movimentos sociais, uma necessária postura de autocrítica e de reorientação metodológica ou institucional. Obviamente, e por condições de atuação diferente, as outras entidades públicas, INCRA, Emater, MDA e Prefeitura Municipal, continuam com estratégias mais tradicionais e corporativistas.

Quadro 3 : **Organizações de produtores do dispositivo de inovação agropecuária em Unai**

Entidades	STR Municipal de Unai	Associações comunitárias e de assentados de RA	Capul	Fetamg
Variáveis				
Estatuto	Sindicato, associação	Asso sem fim lucro	Empresa Coop.	Federação sindical
Mandato	Defesa interesses AF e novo mandato ATER	Apoio coletivo e infra-estrutura	Transfo e venda produção	Defesa interesses dos AF
Financiam.	Próprio (taxas) e subsídios	Repasse entidades e taxas dos sócios	Convênios, taxas e lucros	Repasse das bases e da Contag
Função principal na região	Defesa AF, apoio Reforma Agrária, aposentadoria e apoio produção familiar	Repasse verbas e créditos para assentados	Abastec insumos e valorização produção	Defesa AF e RA
Estratégia local	Alianças estratégicas e incursão apoio produção	Dificuldades múltiplas, isolamento	Expansão junto a AF	Via STR Unai e Paracatu (vizinho)
Objetivos no dispositivo	Assegurar um verdadeiro apoio a produção familiar	Conseguir apoios específicos	Apoio estratégico para ganhar AF	Apoio institucional credenciamento ATER
Percepção pelos produtores	Positiva com a nova direção	Diversidade de visões, ação coletiva fraca	Organização dos fazendeiros	Visão distante
percepção pelos técnicos	Interesse crescente face a novas posições	Incapacidade e dificuldades	Colaboração para assuntos técnicos	Visão distante
indivíduos	Liderança do Presidente	Papel das mulheres	Fazendeiros	Líder em Paracatu
ação marcante	Apoio a produção, negociação preço leite	Tanques de Leite coletivos	Coleta leite e capacitação	Envolvimento RA e apoio curso técnico

AF = agricultores familiares - RA Reforma Agraria

E cedo para tirar conclusões definitivas desses primeiros resultados ; porem parece que a realidade do quadro social e institucional dos assentamentos de reforma agrária em Unai e das relações entre agricultura patronal e agricultura familiar, não coincide com as visões geralmente difundidas, que nesse caso poderiam ate aparecer como verdadeiros clichês.

De fato a luta pela reforma agrária é liderada pelo STR da Contag, mas não têm oposição, nem do MST, nem tampouco do sindicato patronal ou da cooperativa liderada pelos fazendeiros. Até há um interesse da cooperativa de captar a produção de leite dos assentados, considerados como potenciais produtores estáveis, comparando com empresários que podem investir rapidamente em outro setor. Portanto existe uma colaboração em torno de aspectos econômicos e técnicos que também oferece um quadro de coordenação favorável para um tal dispositivo de construção e divulgação de inovação em parceria..

A universidade camponesa no Cariri

Na região do Cariri da Paraíba, funciona desde 2003, no seio da Escola Técnica Agrícola de Sumé, uma experiência de formação por alternância de lideres de organizações de agricultores. O projeto intitulou-se Universidade camponesa - Unicampo (Caniello *et al.*, 2003). O principio consiste em assegurar in loco, uma formação por alternância para os desenvolvimento local sustentável para um grupo de 25 à 30 dirigentes de organizações camponesas de base (comunidades rurais e assentamentos). Os agricultores são designados pelas suas organizações, os cursos tem lugar nos fins e semana durante ciclos (três ao total) de 4 a 6 meses por ano. A formação esta sendo oferecida pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), apoiada por diversos profissionais e pesquisadores, mas também, por animadores de Ong's locais. O financiamento vem de fundos públicos (MEC e MDA) e da cooperação internacional (FIDA, Cirad).

A demanda junto a UFCG vem de responsáveis do STR de um dos municípios (São Sebastião do Umbuzeiro). O projeto foi apoiado pelo CECAPAS, uma ONG local e pelo Fórum regional dos Secretários de Educação do Cariri (21 municípios). O projeto Unicampo foi concebido e realizado no prazo de alguns meses, graças a mobilização de várias competências profissionais, pedagógicas e institucionais presentes na região (Tonneau e Sabourin, 2004). Após três ciclos, a primeira promoção vai sair no fim de 2005 e uma fase de expansão no conjunto da região Nordeste (5 novos projetos) está sendo programada pelo MDA, via o Projeto Don Helder Câmara e a UFCG.

A atualização das estruturas de reciprocidade em novos dispositivos

Os beneficiários associam o sucesso da formação coletiva e a qualidade da aprendizagem (individual como coletiva) à produção de confiança a partir de relações de dádiva e de compartilhamento de saberes (Coudel e Sabourin, 2005). Essa geração de confiança foi promovida e construída porque a metodologia da estrutura de formação entre pares, permitia um tratamento aberto, de respeito e de humildade, de humano para humano, entre os formandos e formadores. Não se trata apenas de produzir ou de transmitir conhecimentos, mas de criar as condições coletivas e institucionais da aprendizagem, o que supõe começar por devolver ou dar dignidade e palavra aos agricultores em capacitação.

Os formandos explicam o sucesso ou a eficiência das aprendizagens pela importância:

- do *respeito do outro* (formando ou formador), da *capacidade de escuta que tem gerado essa confiança no seio do grupo*;
- das *relações de intercâmbio mútuo* (recíproco) com outros profissionais ou atores socio-técnicos (agricultores, artesões, poetas, artistas);
- da *prática coletiva de trabalhos manuais nas aulas e oficinas de artes plásticas, incluindo a aprendizagem por todos os professores*, o que tem criado relações horizontais inter pares entre formandos e entre formadores e formandos, além dos diferentes estados sociais ou profissionais.

As aprendizagens mais relevantes estão associadas a relações que produzem também valores humanos e sentimentos importantes: confiança (em si e nos outros), respeito e reconhecimento do outro, sentimentos de justiça (a noção essencial do direito e do dever de “tomar” ou melhor de *dar a palavra*”; por fim, de responsabilidade (com os parceiros da formação e com as comunidades ou a organização de origem). Esses valores são produzidos por três das estruturas de reciprocidade Temple (1998).

- Respeito, reconhecimento e amizade são produtos pelo « cara a cara » da *reciprocidade bilateral simétrica*
- A confiança coletiva é produzida pela *estrutura de compartilhamento* no sentido de compartilhar algo no seio do grupo: participação compreendida, repartição e solidariedade;
- O sentimento de justiça na aprendizagem e na tomada de consciência é produzido pela equidistância entre a necessidade do saber (a sua aplicação, para si e para os outros) e a fonte do saber (personificada pelo formador), corresponde a *estrutura de reciprocidade ternária bilateral* (Chabal, 2005).

Por outra parte, os agricultores formados insistem na necessidade de fazer sentir que essa universidade não é apenas *próxima* deles, ela é “*eles e deles*”. Isto os motivou para criar e gerar relações de proximidade e de interconhecimento:

- a) entre eles, formados, criando uma associação dos antigos alunos da Unicampo;
- b) com o conjunto da população das suas comunidades, mediante iniciativas educativas (oficinas para crianças e mulheres) e projetos produtivos de desenvolvimento local (ecoturismo no assentamento de Camalau, PB).

Eles criaram assim, espaços e modalidades para continuar a compartilhar saberes, regras e técnicas aprendidos, e para continuar a produzir e compartilhar valores humanos, como nas sessões da Universidade Camponesa. Organizaram uma ampliação das estruturas de reciprocidade produtiva e simbólica e de redistribuição/aprendizagem de saberes e de valores.

Tais processos correspondem a uma abertura, a uma tomada de palavra e de conhecimentos, associada a uma tomada de consciência coletiva, tal como concebida e experimentada por Paulo Freire (1963,1968). É tudo o contrário da retração, do isolamento que caracterizam as formas de alienação geralmente associadas às sociedades camponesas (Mendras, 1976). A valorização e a recuperação das suas raízes camponesas, antes desprezadas ou escondidas, permitiram construir uma relação de reciprocidade na aprendizagem, produzindo sentimento de dignidade e valores de honra e de prestígio coletivo.

2. Discussão e primeiros ensinamentos

Essa parte de discussão e ensinamentos dos primeiros resultados divide-se em três subcapítulos. O primeiro trata das condições de funcionamento e dos limites desses dispositivos. O segundo discute algumas contribuições metodológicas e propostas institucionais para a renovação dos instrumentos de apoio institucional e de políticas públicas. O terceiro examina os ensinamentos teóricos e as perspectivas de continuidade da pesquisa.

2.1. Condições, limitações e impactos

Perenizar esses dispositivos e assegurar competências

Os diversos exemplos mostram como esses dispositivos são frágeis e, muitas vezes, dependentes de apoios condicionados. Apoios públicos negociados, contratuais são necessários, em particular para criar estatutos jurídicos adaptados. Os administradores ou animadores desses dispositivos assumem essas funções gratuitamente, mas são ao mesmo tempo beneficiários potenciais, devendo, em prioridade assegurar o manejo e a reprodução da sua unidade familiar. Essa hibridação dos papéis e dos recursos (privado, coletivo, público) é fonte de confusão; pode levar a aproveitamentos indevidos ou até a desvios (Sidersky et al, 2004).

O reconhecimento público, a institucionalização desses dispositivos coletivos permite dar-lhes visibilidade e sobre tudo, acesso a apoios que podem contribuir para sua perenidade.

A negociação de projetos ou políticas entre as organizações, os poderes públicos e as agências financeiras ou de cooperação, continua marcada pela assimetria de informação, de capacidades e portanto, de poder de decisão. Ações adaptadas de capacitação de lideranças e dirigentes “in loco”, pela prática, em sistema de alternância, constituem uma alternativa para reduzir progressivamente essa assimetria (Molina, 2002; Arroyo, 2004)..

Construção de competências e processos de aprendizagem

Não se trata apenas de qualificar quadros do movimento social, de operar transferências de conhecimento ou de metodologias. Trata-se de promover a aquisição de competências tanto do lado da elite política-administrativa, como dos representantes ou dirigentes das organizações dos diferentes atores setoriais ou territoriais. As competências se referem à ação. Uma competência é um "poder" para agir, não em termos absolutos, mas em função de uma situação dada, de ordem técnica, social ou econômica. Um conjunto de competências permite

enfrentar uma situação singular e complexa, com respostas que precisam ser "inventadas" (Lindenperg, 1993).

A aquisição de competência faz parte dos processos de experimentação social. E o que o MST chama de aprendizagem pela luta. Mas essa aprendizagem não é espontânea. Esforços pedagógicos e metodológicos específicos de educação permanente, traduzidos numa "organização da aprendizagem", são necessários para garantir a eficiência e a qualidade das competências construídas.

Nesse sentido, experiências de produção de conhecimentos ou de inovação em parceria, como a rede de agricultores-experimentadores (Sidersky e Silveira, 2001), a Universidade Camponesa na Paraíba (Caniello et al, 2003), ou como os dispositivos de formação profissional e de adaptação da inovação em Unai-MG (Zoby et al, 2003, Gregolim e Dansa, 2003) permitem sistematizar, valorizar e socializar referências e ferramentas numa linguagem e com uma pedagogia adaptada aos agricultores e agentes rurais.

Além de responder a necessidades técnicas (sistemas de produção) e institucionais (aprendizagem de leis, regras e normas da administração, do mercado, dos projetos públicos, etc), tais dispositivos de educação integrados ao meio rural local, constituem espaços de recuperação da autonomia, da dignidade e da identidade. São experiências de aprendizagem em situação coletiva e problematizada, e portanto, de conscientização no sentido de Paulo Freire (1963, 1968)

As experiências como a Universidade Camponesa privilegiam a aprendizagem por problemas (perguntas motivadoras), oriunda da pedagogia de Paulo Freire. Essa abordagem oferece o interesse de partir de uma situação real para identificar e construir os recursos relevantes (conhecimentos, saberes, saber fazer.), em vez de acumular demorados conhecimentos, com vista a sua eventual mobilização ulterior. Trata-se também, da conexão entre o saber e a ação, mobilizada para a formação de adultos (Aubret et al, 1993) ou a prática reflexiva (Argyris, 1995).

O papel dos pesquisadores e técnicos consiste, portanto, em fomentar a construção de espaços de saber e conhecimento para subsidiar uma discussão reflexiva sobre os problemas dos atores locais. Isso passa pela divulgação das experiências bem-sucedidas.

2.2. Contribuição para a renovação de instrumentos de política pública

Novas relações entre sociedade civil e Estado

Essas novas relações testemunham que a atitude exclusiva de reivindicação das organizações de agricultores, frente ou contra o Estado, está sendo pouco a pouco superada. Essa atitude, freqüente nos anos 70-80, era consequência da ditadura militar, mas também do clientelismo político.

Por outro lado, o apoio do Estado aos dispositivos coletivos dos agricultores também constitui uma nova forma de resposta à complexidade crescente das políticas públicas utilizando-se de relações contratuais negociadas. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, existia o risco de uma substituição das funções de base do Estado pela sociedade civil ou pelo setor privado comercial. No governo Lula da Silva, acontece tal vez o contrário a exemplo do debate sobre o modelo de Assistência técnica agrícola e extensão rural (ATER). No Ministério do Desenvolvimento Agrário, houve quem defendeu a idéia de uma volta ao serviço público federal integral com a reconstituição da Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, fechada em 1990); outros defendem a alternativa da privatização, outros do credenciamento de entidades privadas ou coletivas (cooperativas,

ONG's, associações de agricultores), ou ainda de um sistema misto, tal como parece prevalecer hoje no seio do MDA.

Existe a questão da política de reforma fundiária. O falso debate entre reforma agrária, redistributiva ou pelo mercado, além de ser, muitas vezes, ideológico⁴, esconde o fato de não experimentar outras formas de acesso a terra: o arrendamento, com um verdadeiro estatuto do arrendatário ou a propriedade comum, como nos fundos de pasto da Bahia.

Por outra parte, sucessos iniciais ou isolados desses dispositivos coletivos ou mistos, muitas vezes construídos com o entusiasmo pioneiro em torno de “novos” enfoques (os territórios, a universidade camponesa, etc) podem levar seus atores a esquecer que não atuam sozinhos. A sua região tem a sua história, com outras instituições as quais, independentemente das suas competências e limitações, constituem parceiros legítimos.

Reprodutibilidade e mudança de escala

Os exemplos analisados colocam a idéia da reprodutibilidade desses dispositivos como eventuais instrumentos de políticas públicas, ou em outros termos, a questão da mudança de escala. E o caso, por exemplo, do Pólo Sindical da Borborema, que congrega os sindicatos de trabalhadores rurais de 16 municípios e tenta, com dificuldade, manter ou procurar recursos para o acompanhamento da rede de agricultores experimentadores inicialmente assumida na escala de três municípios. De fato, nem todas as experiências locais bem sucedidas são transferíveis para outros locais, nem são reproduzíveis em outras escalas ou apenas a partir da iniciativa de políticas públicas. Pois, uma característica fundadora desses dispositivos é precisamente, a construção social, institucional e histórica de uma parceria entre organizações de agricultores e governos; processo que nem é fácil, nem rápido.

Contribuição dos dispositivos coletivos dos agricultores para a ação pública

Em termos de política pública, facilitar ou assegurar o funcionamento, a reprodução, ou mesmo a perenização desses dispositivos coletivos de interesse geral apresenta diversas vantagens de ambos lados. Para o Estado, além das economias em termos de custo de produção e/ou de gestão dos bens comuns ou públicos, trata-se de uma verdadeira oportunidade de delegar serviços mediante uma política pública baseada em relações contratuais (Van der Ploeg e Renting, 2000). Para as organizações de agricultores, todo apoio é bem-vindo para fortalecer as suas iniciativas e a sua capacidade de ação autônoma. De um ponto de vista experimental e teórico, esse tipo de interação constitui um exemplo de interface positiva entre princípios econômicos fundados nas trocas capitalistas e princípios econômicos regidos pela reciprocidade. Não precisa ver nisso nenhum altruísmo camponês: essas prestações são assumidas pelos agricultores, é claro, por necessidade (às vezes de sobrevivência). Esses dispositivos se caracterizam por um acesso aberto a qualquer membro da comunidade ou da associação, portanto, reduzem o processo de diferenciação entre produtores. Com o tempo, certos agricultores aproveitam-se mais que outros das inovações e dos serviços. Geralmente, é o caso das famílias próximas das lideranças, dos técnicos, e obviamente, daquelas que beneficiam das melhores dotações em terras, mão de obra e renda monetária complementar (aposentadoria ou salários de membros da família, migrações, etc) (Duque *et al*, 2004).

⁴ As duas formas são ineficientes, porque a fiscalização e a administração são ineficientes e as duas supervalorizam o preço da terra e aquecem, o mercado fundiário, porque existe pressão da demanda e incapacidade de controle, quando não complacência do estado.

2.3. Ensinaamentos e discussão teórica

Os ensinamentos são, institucionais e políticos, colocando a questão da parceria privado-público, da participação popular e a da cooperação entre ação coletiva e ação pública. São, também, epistemológicos, em particular em torno das bases teóricas de noções como economia solidária ou capital social.

Que formas de participação?

O atual governo apostou na participação da sociedade civil. Frente aos futuros processos eleitorais e aos desafios sócio-políticos, será que tem a condição de manter uma política participativa que exige investimentos no tempo e prazos maiores para medir resultados concretos? (Callon *et al.*, 2001)

Além dos riscos habituais de manipulação e de instrumentalização em torno dos métodos ditos participativos (Davila, 2005), as práticas em matéria de mediação Estado/população mostraram claramente que é da própria natureza da decisão política, contribuir a fazer emergir ou validar escolhas (Berten, 2003). A arte de governar é conseguir tornar validos acordos sóciopolíticos ou institucionais.

Será que o governo apostou realmente na participação da sociedade civil? Os movimentos sociais e as organizações de agricultores que foram cooptados ou chamados pela nova administração têm o sentimento de ter sido cortados das suas bases sem ter conseguido ser escutados nas suas recomendações ou propostas pelas políticas públicas.

Existe uma interrogação, com relação às esperanças levantadas pelas conferências e consultas nacionais em termo de meio ambiente, desenvolvimento rural e ATER, não tanto, pelas dificuldades da herança ou do ambiente institucional, mas porque são repetidos os mesmos erros do passado. Além disso, após dois anos de colaboração com o governo que contratou, às vezes, seus melhores quadros, as organizações sociais encontram-se desestabilizadas ou desestruturadas em termos de mobilização social.

Por outra parte, o interesse é oferecer um espaço público para a expressão das tensões entre movimento social, políticos locais e união. Essas tensões são múltiplas no Brasil em geral, e no Nordeste em particular, em primeiro lugar para o acesso a terra, a água. Mas a questão fundamental parece ser a da constituição política do Brasil. Como manejar programas participativos que exigem prazos para capacitar os representantes da sociedade, num sistema político com eleições a cada dois anos? Como desenvolver uma abordagem territorial com projetos dependendo de orçamentos anuais?

Discussão teórica e epistemológica

Como vimos, para preservar o funcionamento desses dispositivos ou para apoiar a sua reprodução, o importante, é conseguir manter as prestações gratuitas de ajuda mútua e as relações de compartilhamentos dos recursos, além de conseguir um reconhecimento institucional que permita uma interface, uma articulação com a administração e o mercado.

Portanto a pergunta é quais são os mecanismos que ajudam a manter ou adaptar as regras dessas relações e estruturas, de reciprocidade e de redistribuição.

Polanyi (1944) introduziu uma teoria da pluralidade das formas da economia ou de alocação dos recursos. Identificou a reciprocidade e a redistribuição como formas de transações

econômicas diferentes do intercâmbio. O que distingue a reciprocidade e a redistribuição do intercâmbio depende de códigos morais. Polanyi fala de uma economia « inserida » num sistema de valores que se impõe a oferta e a demanda. Os valores humanos, atrás desses códigos éticos, são dados e inseridos (*embedded*) nas estruturas e nas representações sociais: a religião, a cultura.

Mas Polanyi não explica como são produzidos os valores nos quais seriam inseridas as prestações econômicas. São normas que caem do céu, que são transmitidas ou inculcadas pela sociedade? Defendemos a tese de Temple (1997), para quem esses valores humanos não são dados, mas devem ser constituídos e socialmente construídos. Eles são, precisamente, gerados e reproduzidos pela institucionalização das relações de reciprocidade e de redistribuição em estruturas não apenas sociais, mas também, econômicas, que ele qualifica de “estruturas de reciprocidade” (Temple, 1998).

Reconhecer, recuperar ou manter essas práticas significa, portanto preservar as estruturas sociais e econômicas – de reciprocidade e de redistribuição - que as fundam e os valores humanos que elas produzem, o que passa pelo reconhecimento do nome, do saber e do gesto dos atores locais, camponeses, artesãos e pescadores. Seu ser social, seu estatuto e seu prestígio dependem disso.

A diferença entre a análise de Polanyi e aquela do princípio econômico de reciprocidade proposto por Temple reside na origem dos valores humanos ou éticos que orientam as prestações. Polanyi e certos autores que se reclamam dele, como North (1977) ou do capital social, como Ostrom (1998) inserem os valores éticos no domínio da competência privada⁵, ou nos fatos culturais que não tem nada a ver - ou muito pouco - com a economia. Para Temple, as estruturas de reciprocidade são estruturas econômicas.

De fato, nas sociedades rurais de hoje, a diferença das sociedades humanas das origens, encontramos situações mistas, na medida em que, muitas vezes, o sistema do intercâmbio tem sido imposto progressivamente, chegando a sobrepor-se e a ocultar ou a paralisar as práticas de reciprocidade. Isto dificulta bastante o trabalho de análise. Por exemplo, as formas de reciprocidade bilateral ou simétrica são geralmente interpretadas como intercâmbios recíprocos ou trocas mútuas. As normas de reciprocidade ternária entre gerações são assimiladas aos interesses dos doadores (o seguro de vida das sociedades tradicionais). As formas de redistribuição pelo Estado (previdência social e aposentadoria) são interpretadas apenas pelo seu lado monetário como compensações, ganhos sociais ou complemento de salário, enquanto constituem as mais importantes, e tal vez, as últimas, formas de reciprocidade centralizada generalizada de compartilhamento e de redistribuição ampliada nas nossas sociedades modernas.

Nessas condições epistemológicas o método para diferenciar as prestações reguladas pelo princípio da reciprocidade daquelas governadas pelo intercâmbio, consiste em procurar identificar as polarizações econômicas das relações sociais, os valores produzidos e as estruturas de base que garantem a reprodução dessas relações e dos valores humanos.

A mobilização coletiva das organizações e das redes dos agricultores (Callon,1999) pode, portanto seguir duas orientações. Por um lado, pode-se desenvolver apenas na base do sistema do intercâmbio capitalista. Pelo outro lado, as formas de organização dos agricultores, dos rurais e de outros atores sócio-econômicos, podem participar da reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade.

⁵ Os valores humanos não são culturalmente dados à um grupo, nem específicos de cada indivíduo, como a bondade, ou os cabelos ruivos, são produzidos e reproduzidos por meio de relações de produção, de trabalho, de ação entre pares: a tal “*praxis inter pares*”.

Um dos aspectos mais graves da confusão entre essas categorias e lógicas (mesmo tratando-se de categorias teóricas), mantida pela academia por meio de noções como a de capital social, é sem dúvida, o fato de justificar a mobilização de processos sociais apoiados em valores humanos de comunidades (aqui rurais), para favorecer, principalmente o desenvolvimento da economia neoliberal de intercâmbio capitalista. (Nunes, 2001).

Conclusão : Renovação dos instrumentos de desenvolvimento rural

Uma primeira alternativa em termos de política de desenvolvimento rural sustentável (Veiga, 2005) consistiria em assegurar a perenidade, reprodução e até a modernização de esses dispositivos coletivos de interesse público ou coletivo. Tal política passa pelo conjunto das modalidades de reconhecimento (jurídico, político, territorial) e de instrumentos de apoio (técnico, pedagógico, institucional ou econômico) destinado a assegurar a existência legal, o funcionamento e o manejo de tais dispositivos multifuncionais.

Essas funções estão sendo assumidas em grande parte pelos agricultores por necessidade. Mas, ao mesmo tempo, dependem de estruturas e de regras de reciprocidade construídas na história e que já passaram por diversas adaptações.

Recuperar essas funções significa também, contribuir para a preservação ou a atualização dessas estruturas econômicas de reciprocidade e de redistribuição (ajuda mútua, manejo compartilhado de recursos) e os valores humanos que produzem (Sabourin, 2005).

Uma tal estratégia de desenvolvimento sustentável e de reconhecimento da multifuncionalidade dos territórios rurais a partir de dispositivos coletivos ou híbridos apresenta várias vantagens: i) seu custo é reduzido, porque trata-se de confortar e apoiar práticas e estruturas já existentes ; ii) permite reduzir o desaparecimento dessas práticas multifuncionais, salvando também as estruturas sócio-econômicas de compartilhamento, de reciprocidade ou de redistribuição e os valores humanos (confiança, responsabilidade, justiça, que produzem.

Diversas modalidades de apoio são possíveis, desde a atribuição de um estatuto jurídico, de equipamentos ou infra-estruturas ou de subsídios submetidos às condições negociadas : contrato, prestação de serviços, manejo de recursos ou de bens comuns

Pode se tratar, por exemplo, de validar ou reconhecer num marco legal, práticas preexistentes como a atribuição de direitos de propriedade coletiva ou de direitos de uso às associações de agricultores usando e manejando reservas de floresta, de água ou de sementes.

IV. Principais fatores que interferiram na execução do projeto

1. Dificuldades e contratemplos

Redução do tempo efetivo de pesquisa durante o ano 2005: entre a data de entrega desse relatório técnico e o início efetivo do trabalho, tivemos apenas seis meses de acesso a dados primários. Isto é devido a três motivos

- o recebimento da carta de outorga da bolsa pelo CNPq na minha instituição de origem, ocorreu em 20 de dezembro de 2004, pelos prazos administrativos de destacamento e necessidades de mudança, apenas consegui chegar na UnB em 26 de janeiro de 2005

- o mês de fevereiro 2005 correspondeu ao período de recessão inter-anual na Unb, por conta de atrasos devidos a greves nos anos anteriores

- o mês de março foi mobilizado essencialmente para as diversas formalidades de matrícula, credenciamento junto ao departamento de sociologia da Unb e para montar o dispositivo de pesquisa nos pais.

Esses dois primeiros meses (fevereiro e março) foram aproveitados para a pesquisa bibliográfica, os contatos institucionais e a participação a respostas a editais para conseguir recursos complementares.

2. Desdobramentos positivos

Apesar dessas restrições em termos de calendário, outros elementos têm interferido positivamente, dando maiores oportunidades e valorização ao nosso projeto de pesquisa:

- a colaboração com colegas da rede de pesquisa sobre agricultura familiar e políticas pública tem oferecido acesso a dados primários e secundários sobre os mecanismos de interação entre dinâmicas locais e políticas pública (estudos de caso);

- a colaboração no projeto de apoio metodológico a agricultura familiar no município de Unai-MG, executado pela Embrapa-Cerrados, a Unb e o Cirad, com financiamento do CNPq, do Inra-Pronera e do Cirad (cooperação científica francesa) deu lugar a uma dinâmica de pesquisa-ação e a opção de realizar os estudos aprofundados nesse marco;

- a colaboração com professores e pesquisadores do Departamento de Sociologia, do Núcleo de Estudos Agrários, do Centro de Estudos Comparativos sobre as Américas e do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, nos deu a oportunidade de organizar e animar um seminário permanente durante o segundo semestre de 2005, sobre a temática da interação entre ação coletiva e políticas públicas no meio rural, mobilizando estudos de casos e referências complementares.

V - Formação de Recursos Humanos para a Pesquisa

Durante o período 2005 tenho assumido a co-orientação de teses de doutorado já assumidas anteriormente no Brasil e iniciei a orientação de uma dissertação de mestrado no departamento de sociologia da Unb e de um estudante do curso de desenvolvimento rural do Grupo de Trabalho sobre Reforma Agrária da Unb e da Escola Agrícola de Unai-MG

Modalidade	IC	AP	Mestrado (M)	Doutorado (D)	TOTAL
Apoio					
CNPq					
CAPES			1	1	2
Outros (/MRT-CIRAD)		1		3	4
Sem-bolsa					
TOTAL		1	1	4	6

• Alunos de Doutorado:

- **Miguel Ângelo Lazzarreti** . "Democracia e participação na produção da ação coletiva em assentamentos de reforma agrária" Universidade Federal de Campina Grande. Co-orientação : Eric Sabourin e Maria Aparecida Menezes.

- **Pablo Renato Sidersky**. Reprodutibilidade da agricultura familiar : Dinâmicas sociais, organizações locais e inovações técnicas : Estudos de caso no Agreste do Estado da Paraíba. Universidade de Wageningen e Universidade Federal de Campina Grande. orientadores : Prof . Niels Rölling. Eric Sabourin e Jean Philippe Tonneau

- **Nadia Rodriguez**, Socio –antropología de las relaciones y de la participación entre las organizaciones campesinas y sus interlocutores en la región Huetar Norte, Costa Rica, Université Paris I Sorbonne, co-orientação prof Maxime Haubert e Eric Sabourin

- **Nicolas Buyse** : Etude socio-politique de la gestion décentralisée des ressources naturelles en milieux ruraux et forestiers indonésiens : Kalimantan Est et Sumatra. IEP Bordeaux, Cirad orientação : Daniel Compagnon e Eric Sabourin

• **Mestrado: Rosana Kirsh** Incubadoras tecnológicas como política pública para economia solidária: continuidades ou rupturas?, UnB, departamento de sociologia. Orientador : Eric Sabourin

• **Apoio a Pesquisa: Rodrigo Alves**, Escola Técnica de Unai/GTRA UnB, Diagnostico e tipologia das organizações e dispositivos coletivos dos agricultores no município de Unai (6 meses)

VI - Outras formas de apoio ao projeto de pesquisa

Auxílios para realização de seminários

Workshop “Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais sobre as agriculturas familiares” 29 de junho a 1 de julho de 2005

Graças ao apoio financeiro do Ministério francês de Assuntos Exteriores (MAE) via o Adido

Científico da Embaixada da França no Brasil, foi possível realizar um seminário de trabalho de três dias em João Pessoa-PB “*Efeitos das políticas públicas e das dinâmicas sobre a agricultura familiar*”. Foram efetuadas a análise comparativa e a síntese de uma dezena de estudos de casos. Uma publicação em francês será financiada pelo M AE com o apoio do Cirad e uma solicitação foi encaminhada ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento NEAD do Ministério de Desenvolvimento Agrário, para apoiar a edição brasileira do livro.

Seminário “ Economia solidária no meio rural : Interação entra ação coletiva e políticas públicas” 16 de novembro de 2005, UnB, Auditório da Reitoria, Brasília

Esse seminário público será realizado com o apoio financeiro do MDA, do Cirad Nead e da cooperação francesa. Constará como evento de encerramento do seminário permanente (10 sessões) sobre “*Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural*”, confrontando por meio de palestras e mesas, redondas, acadêmicos (USP, UFPE, UNB, UFSC), representantes das organizações rurais e dos ministérios envolvidos (Secretario de Economia Solidária do MTE e Secretario de Desenvolvimento Territorial do MDA).

VII – Alguns Contatos Nacionais e Internacionais

NOME	ESPECIALIDADE	INSTITUIÇÃO	PAÍS	COLABORAÇÃO
Brasilmar Nunes FERREIRA	Sociologia	UnB	Brasil	Coordenação pos graduação sócio UnB
Berlindes Astrid KUCHEMANN	Sociologia	UnB	Brasil	Coordenadora do Dep.Sociologia UnB
Marcel BURSTYN	Economia do meio ambiente	Diretor CDS, Um de Brasilia	Brasil	Preparação projeto CNPq Milênio
Maria de Nazareth de WANDERLEY	Sociologia Rural	UNICAMP UFPE	Brasil	Laboratório Rural.NE e Projeto Procad
Maria Stela GROSSI PORTO	Sociologia	UnB	Brasil	Presidente SBS
Máxime HAUBERT	Sociologia	Univ. Paris I	França	Co direção tese
Daniel COMPAGNON	Sociologia política	IEP Paris e univ. Bordeaux	França	Avaliação edital ACI MRT
Savo TRIFUNOVIC	Sociologia rural	Universidade de Masky	Hungria	Coordenação GT congresso ESRS
Jose Eli da VEIGA	Economia rural	USP	Brasil	Preparação avaliação UR Cirad
Marilda MENEZES	Sociologia Rural	UFCG, Yale University	Brasil	Co-orientação tese
Maria Jose CARNEIRO	Sociologia Rural	UFRRJ CPDA	Brasil	Multifuncionalidade da Agricultura
Maria Aparecida de MORAES SILVA	Sociologia	UNESP	Brasil	Participação edital CNPq Milênio
Pierre VALARIE	Ciências políticas	CNRS	França	Rede Smart e post doc

VIII - Trabalhos publicados e/ou aceitos para publicação no período

1. Livros

1.1. Sabourin E, Pichot; J Hainzelin E (eds) 2005 Agricultures brésiliennes : recherches partagées, Numéro Spécial *Cahiers Agriculture*, v 14, N°1 190p, janvier-février 2005-09-29

1.2. Sabourin E ; Antona M (dir.) 2005, Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective, Paris, CIRAD et Petite Bibliothèque du MAUSS, 210p.

Capítulo de livro

1.3. Sabourin E, 2005 Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans l'action collective in Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective, Sabourin et Antona (Dir) Paris, CIRAD et Petite Bibliothèque du MAUSS, pp. 13-39.

2. Artigos em periódicos nacionais

2.1. Sabourin E. 2005, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7, 2004 (7) : 75-104

2.2. Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L, Florentino G L. 2005 Reconhecimento publico dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência e Tecnologia V* 14 (1) : 111-116 (no prelo, saída em outubro de 2005)

3. Artigos em periódicos internacionais

3.1. Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L, Florentino G L. 2005 Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures V* 14 (1) : 111-116

3.2. Sabourin, E ; Tonneau JP ; Menezes M ; 2005 Is there a new peasant agriculture project ? An analysis based on Brazilian and French examples in *Acta Agriculturae Serbica* vol IX, 17 : 19-31

4. Artigos publicados integralmente em anais de congressos

• Congressos e seminários nacionais

4.1. Sabourin E. 2005 Organização dos agricultores e produção de valores humanos in VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 1-3 juin 2005 (GT 11 Territorios e atores rurais)

4.2. Sabourin E, 2005 organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-arido, in Seminário Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural, Brasília, UnB, Neagri, ICS, CDS, 27 de setembro de 2005.

4.3. Sabourin E 2005 Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura para as ciências sociais, artigo aceito no XXIX Encontro anual da ANPOCS, GT 21, Caxambu, 25-29 de outubro de 2005

4. 4. Sabourin E, 2005 Atores sociais, políticas públicas e valores humanos a ser apresentado in Colóquio Agricultura familiar e desenvolvimento rural, GEPAD, UFRGS Porto Alegre, 24 e 25/11/2005

• Congressos e seminários estrangeiros ou internacionais

4.5. Sabourin E, Trifunovic S. 2005 Globalisation, European extension and family farming challenge for sociology in : XXIst congress of the European Society for Rural Sociology, 23-27 August 2005, Keszthely, Hungary, 15p.

4.6 Sabourin E. 2005 Organisation des producteurs, développement durable et production de valeurs humaines au Brésil, Séminaire Organisations rurales et développement durable, Montpellier, Cirad 7-8/09/05

4.7 Sabourin E, Florentino L, Duque, G , Lima M S V 2005, Développement durable et organisations des agriculteurs au Nordeste du Brésil, a ser apresentado no Séminaire Société Française d'Economie et Sociologie Rurale « Les institutions du développement durable des agricultures du Sud », 5-7/11/2005

4.8 Sabourin E, Duque G, Tonneau J P, Diniz P C O, 2005 Interactions entre organisations de producteurs et politiques publiques au Nordeste Semi-Aride, Séminaire Organisations rurales et développement durable, Montpellier, Cirad 7-8/09/05

4.9 Scopel E, Triomphe B, Goudet M, Xavier J HV, **Sabourin E**, Corbeels M., Silva FAM. Potential role of CA in viabilizing small-scale farming systems in the Brazilian Cerrados in: Third World Congress on Conservation Agriculture, Nairobi, Kenya 3-7 October 2005

5. Relatórios de pesquisa

5.1. Sabourin E 2005 Contribuição dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares para instrumentos de políticas públicas, relatório intermediário, UnB, Brasília, out.2005

5.2. Sabourin E ; Florentino L. 2005 Rapport intermédiaire Projet “Les organisations rurales face aux politiques de développement rural : regard croisés Brésil-Indonésie” ACI Sociétés et développement durable, Ministère de la Recherche et Technologie, 14/06/2005, Paris, 27p

5.3. Sabourin E, Duque G, Tonneau J P, Diniz P C O, 2005 Interações entre organizações de produtores e políticas públicas no Nordeste Semi-Arido, Cirad, UnB, Montpellier, Brasília, setembro de 2005

5.6. Tonneau JP ; **Sabourin E**, 2005. Relatório final do projeto « Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar : estudo comparativo no Brasil » Cirad, Inra, Montpellier, Brasília, setembro de 2005, 120p.

IX - Patente ou registro de invenção ou técnica (não se aplica)

X - Outras atividades científicas ou administrativas

1. Disciplinas lecionadas no Departamento de Sociologia da UNB

- Sociologia do desenvolvimento (Mestrado, 2º semestre 2005, código 33 44 72)
- Estado, política e desenvolvimento (Doutorado, 2º semestre 2005, código 334154)
- Seminário especial de Pós-graduação, “Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural” (2º semestre 2005, código 337153).

2. Participação em outras formações

- Construção da inovação em Parceria em Curso de especialização para extensionistas rurais, UnB-CDS,
- Desenvolvimento territorial in Curso Profissional Técnico por alternância, Escola Agrícola de Unai, 3º ano, novembro de 2005 (8 h)
- Agricultura familiar e inovação in Curso de especialização em Planejamento e Gestão para técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 9 de novembro (6 h)

3. Organização de eventos

- Seminário “Efeitos da interação entre políticas públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar, Hotel Netanau, João Pessoa, UFPB, UFCG, Cirad, 30-06/2-07 /2005
- Seminário “Interação entre ação coletiva e ação pública no meio rural brasileiro” UnB, Auditoria da Reitoria, 16 de novembro de 2005, (Evento público de encerramento do seminário “associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural”)
- Oficina “Construção de inovação em parceria e pesquisa-ação” UnB, Embrapa, Cirad, Brasília, Embrapa Sede, 11-14 de dezembro de 2005

4. Participação em eventos

- Seminário da Rede SMART “*Strategic Monitoring of South-American Regional Transformations*”, UnB,CDS, Cirad, Centro Cultural de Brasília, 28/03 – 2/04/ 2005
- VII Congresso Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, UFMG, 31-05 a 3 -06 de 2005,
- Iº Encontro da Rede “Diálogos”, “Construindo consenso sobre acesso aos recursos naturais na Amazônia brasileira”, Centro Israel Pinheiro, Brasília, 6-8/06/05
- Reunião de avaliação do Edital ACI “Sociétés et cultures dans le développement durable” Ministère de la Recherche et de la Technologie, Paris, 14 de junho de 2005-09-29
- Séminaire Permanent Cirad “Politiques Publiques”, Cirad, Montpellier, 15-17 de junho 2005
- Iº Congresso da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, UNICAFES, 20 e 21/06/2005, Luiziana, DF
- IV Seminário do projeto PROCAD – Produção de conhecimento e desenvolvimento rural sustentável”, Mesa Redonda Produção de conhecimento e formação de pesquisadores, UFPE, Recife, 27-28/06/05
- :XXIst Congress of the European Society for Rural Sociology, 23-27 August 2005, Keszthely, Hungary
- Séminaire « Organisations rurales et développement durable » Montpellier, Cirad, 7-8/09/05
- XXIX Encontro anual da ANPOCS, GT 21 “A ruralidade contemporânea e as ciências sociais: desafios e perspectivas teórico-metodológicas”, Caxambu, 25-29 de outubro de 2005

- Colóquio “Agricultura familiar e desenvolvimento rural” GEPAD, UFRGS Porto Alegre, 24 e 25/11/2005

5. Participação em colegiados

- Membro do Colegiado dos professores do Departamento de Sociologia da UnB;
- Membro do Colegiado dos professores da Pós-graduação de Sociologia da UnB;
- Membro do Núcleo de Estudos Agrários (Neagri-CEAM) da UnB

6. Participação em bancas de qualificação de pós-graduação

Mestrado

- **Marlon Duarte Barbosa** “Programa Banco da Terra – Um estudo de caso no município de Formosa/GO”, Mestrado em Agro-négocios, UnB, 30/06/05

Doutorado

- **Mireya Valencia Perafán**, El desarrollo del territorio y el territorio del desarrollo Programa de PG em Estudos Comparados sobre las Américas, opção sociologia (Ceppac) UnB, 3/10/20
- **Pablo Renato Sidersky**. Reprodutibilidade da agricultura familiar : Dinâmicas sociais, organizações locais e inovações técnicas : Estudos de caso no Agreste do Estado da Paraíba. Universidade de Wageningen e Universidade Federal de Campina Grande, 2/03/2005
- **Nadia Rodriguez**, Socio –antropología de las relaciones y de la participación entre las organizaciones campesinas y sus interlocutores en la región Huetar Norte, Costa Rica, Université Paris I Sorbonne, IEDES, 13/06/2005
- **Nicolas Buysse** : Etude socio-politique de la gestion décentralisée des ressources naturelles en milieux ruraux et forestiers indonésiens , IEP Bordeaux, Cirad , 8/09/2005

Bibliografia

- Abramovay R. 2002. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social in Sabourin E & Teixeira O (eds) *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais, Conceitos, controvérsias e experiências*, Brasília, UFPB, CIRAD, Embrapa, 113-128
- Abramovay R.; Veiga, J. E. da. 1999. Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília : FIPE/IPEA, (Texto p/ Discussão N.º 641)
- Abramovay R.; Veiga, J. E. da.. "Análise da inserção do Pronaf na política agrícola" - convênio FIPE/IPEA, Brasília: IPEA, 1998, 74p.
- Almeida P.; Cordeiro A. Sistema de seguridade da semente da paixão. Estratégias comunitárias de conservação de variedades locais no semi-árido. Rio de Janeiro, AS-PTA, 2001. 120p.
- Aggeri F., 2001. La construction des objets de recherche dans les partenariats d’exploration. In: Recherches pour et sur le développement régional, Symposium de Montpellier, 12-13 décembre 2001, INRA (Eds), 2002.
- Aggeri F., Hatchuel A., 2003. Ordre socio-économiques et polarisation de la recherche dans

- l'agriculture : pour une critique des rapports sciences/société. *Sociologie du travail* 45. 113-133.
- Amman, S.B. 1985. Ideologia do Desenvolvimento de comunidades no Brasil, Cortez, São Paulo, 176p
- Argyris C(1995). *Savoir pour agir. Surmonter les obstacles à l'apprentissage organisationnel*. Paris : InterÉditions.
- Arroyo M G 2004 Por um tratatamento publicoc da edicao no campo, in A educação na reforma agrária em perspectiva, 91 -108, brasiliaa, INCRA Pronera, 2004
- Aubret, J., Gilbert, P. ; Pigeyre, F. (1993). *Savoir et pouvoir : les compétences en questions*. Paris : PUF.
- Berten A. 2003. *Structures, médiations, dispositifs : petite généalogie*. Séminaire INRA Sad-Apt, 29-01-2003, Paris, 15p.
- Bittencourt G A, 2003, Abrindo a caixa preta: O financiamento da agricultura familiar no Brasil Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, para obtenção do título de Mestre CAMPINAS – SP
- Callon, M., Lascoumes, P., Barthe, Y., 2001. *Agir dans un monde incertain. Essai sur la démocratie technique*, Paris, Seuil, 358p.
- Callon, M. Actor-network theory – the market test 181-195, in Actor Network Theory and after John Law and John Hassard, 1999, Copyright, pp. 1-253.
- Caniello M, Tonneau J.P., Leal F., Lima J., Araujo, A. 2003 Projeto Unicampo, Uma universidade camponesa para o semi-árido Brasileiro, Campina Grande, UFCG-Cirad, 16p
- Chabal M 2005, Les structures de réciprocité, Accès le 19-09-29
- Coudel, E ; Sabourin, E. 2005 Apprentissage et action collective au Nordeste du Brésil : L'université Paysanne, Montpellier, Cirad - Inra, actes du projet Accolade, 35p et annexes
- D'Avila, M I, 2005 La participation ambiguë in *Courrier de la Planète*, n° 74 : 41-44
- Duque G. ; Cirne M N R. 2001. Créer des citoyens ou des exclus? Le défi des programmes de secours aux victimes des sécheresses. In Zanoni & Lamarche. *Agriculture et ruralité au Brésil : un autre modèle de développement*. Paris : Karthala, 129-144.
- Duque, G. & Oliveira, M.S.L. 2003 *A contribuição dos Fundos Rotativos Solidários para o desenvolvimento sustentável do semi-árido*. Comunicação apresentada no Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste, Aracaju, agosto.
- Duque G. ; Sidersky, P. e Oliveira M S L., 2004. *Fundos rotativos e desenvolvimento local no semi-árido paraibano: Potencial e limites do resgate das tradições de solidariedade*. Aracaju: SBSP, outubro 2004
- Freire P. 1963. Alfabetização e conscientização. Porto Alegre, Editora Emma.
- Freire P 1968. Educação e conscientização: extencionismo rural. Cuernavaca, México, CIDOC/Cuaderno 25, 320 p.
- Gregolin A C, Dansa C A 2004 Relatório Parcial do Curso técnico profissionalizante em agropecuária e Desenvolvimento sustentável, Brasília Universidade de Brasília, Decanato de Extensão, GTRA UNB, Maio de 2004, 40p
- Lindenperg G. Les Acteurs de la Formation Professionnelle: pour une nouvelle donne. Rapport au Premier Ministre. Paris, 1999, 135p
- Mauss M., [1950] 1977, Essai sur le Don in: *Sociologie et Anthropologie*, Paris, PUF,
- Mendras, H. 1976. *Les sociétés paysannes. Eléments pour une théorie de la paysannerie*. Paris, Armand Colin, 281p
- Ministério de Desenvolvimento Agrário Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Referencias para um desenvolvimento territorial sustentável, por M Duncan, Brasília, MDA-SDT-CONDRAF, 2003, 35p
- Molina M C 2002., Desafios para os educadores e as educadoras do Campo In Educação do campo Identidades e políticas publicas . 37-43, ANCA, Brasilia, 2002
- Mormont M. 1996 Agriculture et environnement : pour une sociologie des dispositifs, *Economie Rurale*, 1996, 236 : 28-36.
- North, D.C. 1977, Marchés et systèmes économiques alternatifs dans l'histoire : le défi de Karl Polanyi. *La Revue du Mauss*, 2e sem, 1977 : 51-64.
- Nunes B F. 2001. Brasília : revendo a função pública a partir do vinculo social. ANPÖCS, Caxambu, outubro de 2001, 17 p.

- Ostrom, E. 1994 Constituting social capital and collective action in *Journal of Theoretical politics* 6 (4): 527-562
- Ostrom E. 1998 A behavioral approach to the rational-choice theory of collective action, *American Political Science Review* 92:1-22.
- Pereira J R (2004) Gestão social do desenvolvimento : O Pronera a os assentamentos do entorno de Brasília, in Contribuições para a construção de um projeto de educação no campo. Molina M C e Santos S M A d J, (Org) pp 185-209, ANCA Brasília DF,
- Polanyi K., 1944. *La grande transformation : aux origines politiques et économiques de notre temps*, Gallimard, Paris, [1944] 1983, 420 p.
- Rocha F C, Zoby FL, Gastal ML, Xavier, JHV. 2003 Mapeamento das relações interpessoais em 3 assentamentos de reforma agrária de Unai-MG, *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, 20 (2) : 305-323.
- Sabourin, 1999. *Family farming sustainability and regional economic integration in Brazil: between debate and reality*. In: "Sustainable agriculture and Environment: Globalization & trade liberalisation" Dragun A.K. & Tisdell C. (dir.) Cheltenham, GB, Edward Elgar Editor, 229-245.
- Sabourin E, 2003, Mudanças sociais, organização dos produtores e intervenção externa In Caron P, Sabourin E (eds) *Camponeses do Sertão. As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*, Brasília, Embrapa-Sct, Cirad, 2003, 145-178.
- Sabourin E. 2004, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7, 2004 (7) : 75-104
- Sabourin E. 2005 Organização dos agricultores e produção de valores humanos in VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 1-3 juin 2005
- Sabourin E., Sidersky P., Hocde H., Tonneau J.-P., 2004. Production d'innovations et interaction agronomes/agriculteurs Réflexions à partir du cas de l'agreste de la Paraíba, Brésil. Communication aux 3^{èmes} entretiens du Pradel, "agronomes et innovation", 8-10 septembre 2004.
- Sabourin, E.; Caron, P.; Silva. P.C.G., 1995. Enjeux fonciers et gestion des communs dans le Nordeste du Brésil: le cas des vaines pâtures dans la région de Massaroca-Bahia. *Cahiers de la Recherche-Développement* n°42 :5-27
- Sabourin E, Sidersky P, Silveira L, 2003. Farmer experimentation in north-east Brazil: The story of a partnership between smallholders' organisations and an NGO seeking to enhance agricultural innovation in the Agreste region of Paraíba State. in : *Advancing Participatory Technology Development* ACP-EU,CTA, La Haye, 2003,191-207
- Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L, Florentino G L. 2005 Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures* 14 (1) : 111-116
- Sabourin, E; Duque G. Malagodi, E; 2004 Novos atores rurais e multifuncionalidade da agricultura no semi-árido brasileiro : um olhar crítico sobre o período 1998-2002, in *Raízes - Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, Vol 22, n°1, pp 58-72
- Sidersky P Silveira L. 2001. Experimentar com os agricultores. A experiência da AS-PTA na Paraíba. In *Metodologias de experimentação com os agricultores*, Embrapa, Brasília G Filho (ed). 33-58, serie Agricultura Familiar 5.
- Sidersky, P. Sabourin E, Tonneau, JP. 2004, How do community social dynamics and different social actors relate to social & technical innovations in Semi-arid Brazil ? in XI World Congress of Rural Sociology, Trondheim, Norway, 25-30 July 2004, 15p
- Temple D., 1997. L'économie humaine in *La revue du MAUSS* n°10, (1) 1997 :103-109
- Temple, D. 1998. Les structures élémentaires de la réciprocité *Revue du MAUSS* n°12, (2) : 234-242,
- Tonneau J P. ; Sabourin E. 2004, Université Paysanne au Brésil. Evaluation du 1er cycle du projet Unicampo. Montpellier Cirad Tera n° 04/2004, 60p
- Tonneau JP ; Sabourin E, 2005. Relatório final do projeto « Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar : estudo comparativo no Brasil » Cirad, Inra, Montpellier, Brasília, setembro de 2005, 120p.
- Tonneau JP, Duque, G., Diniz, P. C. O. 2004. Desenvolvimento territorial no Nordeste: Um método de diagnóstico e planejamento participativa. In *Raízes*, 22 (2): 2004, pp 181-191.
- Thiollent M 1993 Metodologia da Pesquisa Ação, Cortez, São Paulo.
- Van Der Ploeg, J. D., H. Renting, et al. (2000). "Rural Development: From Practices and Policies

towards Theory.” Sociologia Ruralis 40 (4): 391 - 408.

Veiga J E da (2005) *Desenvolvimento Sustentável – O Desafio do Século XXI* São Paulo, Editora Garamond Universitária, 226 p.

Zoby J.L.F., Rocha F.E. de C., Xavier J.H.V., Gastal M.L., *Adaptação e utilização de dispositivo participativo para apoiar o desenvolvimento sustentável de assentamentos de reforma agrária*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados (Embrapa programa 09 – Agricultura familiar), relatório do projeto 09.2002.015. 176 p, 2003.

Anexo : Resumos das publicações

1. Livros

1.1. Sabourin E, Pichot; J Hainzelin E (eds) 2005 Agricultures brésiliennes : recherches partagées, Numéro Spécial *Cahiers Agriculture*, v 14, N°1 190p, janvier-février 2005-09-29

Cahiers Agriculture N° 14, vol 1, 2005, 190p. / Cadernos de Ciência e Tecnologia

Coordenação : Eric Sabourin, Jean Pichot, Etienne Hainzelin

La recherche agronomique en partenariat au Brésil

La célébration de l'année du Brésil en France offre une opportunité de réaffirmer les enjeux de la coopération entre nos deux pays dans les domaines politiques, culturels et scientifiques. En ce qui concerne la recherche agronomique, nos institutions constituent aussi des instruments d'appui aux politiques agricoles et à la coopération économique. L'accord de partenariat stratégique entre l'Embrapa et le Cirad, renouvelé en 2002, a l'ambition de renforcer et rendre cohérentes les recherches en coopération. Ce partenariat dans le domaine des sciences agricoles associe l'Inra, l'Ird et des universités françaises et brésiliennes.

Le présent numéro spécial de « Cahiers Agriculture » et de Pesquisa Agropecuaria Brasileira présente quelques travaux de recherche emblématiques conduits ces dernières années, au Brésil, dans le cadre d'accords de coopération entre les institutions brésiliennes et françaises.

Le Brésil, selon la Conférence des Nations Unies sur le Commerce et le Développement CNUCED, pourrait devenir le premier producteur agricole avant 2015, mais, bien avant cet horizon, il constitue d'ores et déjà un des principaux pays exportateurs de produits agro-alimentaires et dispose d'un vaste marché intérieur de près de 180 millions d'habitants. Ce pays-continent se caractérise par une variété de situations écologiques, économiques et sociales que l'on retrouve dans l'extrême diversité des systèmes et des conditions de production agricole. Cette diversité peut expliquer la multiplicité des thèmes et sujets de recherches conduites sur l'agriculture brésilienne et l'attrait qu'elle représente pour les institutions de recherche et les centres de coopération internationale. De ce fait, les travaux conduits au Brésil, ont souvent valeur, sinon pour le monde entier, au moins pour de multiples situations tropicales.

Actuellement, le Brésil se positionne au niveau international, revendique un siège permanent au Conseil de Sécurité de l'ONU, joue un rôle de leader du « Groupe des 20 » pays en développement lors des débats de l'Organisation Mondiale du Commerce. Il peut certes rivaliser en termes d'exportation avec les Etats-Unis et l'Europe, étendre sa coopération avec la Chine et l'Inde après le Mercosul, mais il peut surtout s'appuyer sur un marché national en pleine croissance, dans la mesure où s'améliorent les revenus des segments les plus pauvres de la société brésilienne. Celle-ci est devenue plus urbaine et consommatrice de produits agro-alimentaires manufacturés. Cette transformation rapide de la demande nationale suppose de véritables mutations en matière de circuits de distribution, entre les marchés de proximité et les hypermarchés, en termes d'exigences de qualité et de diversité des produits. Un espace sans équivalent au monde s'ouvre également pour des formes d'agriculture périurbaines, voir urbaines, comme c'est le cas dans la périphérie de São Paulo, la plus grande agglomération urbaine d'Amérique, mais également autour de Belo Horizonte, Rio de Janeiro et Porto Alegre.

Ces transformations se sont accompagnées de l'émergence de nouveaux acteurs sur la scène du développement de l'agriculture. Les demandes conjointes des mouvements des travailleurs sans terre, des syndicats paysans ou d'agriculteurs familiaux et de la société civile organisée au sein de mouvements sociaux revendiquant des politiques différenciées, — en particulier pour des systèmes de production à base familiale, ou pour des agricultures plus respectueuses de l'environnement —, ont eu un effet notable ces dernières années. Il en résulte une politique agricole pilotée par deux ministères, l'un dédié à l'agriculture entrepreneuriale, l'autre à la réforme agraire, à l'agriculture familiale et au développement territorial.

Certes, des instruments de politique publique différenciés sont nécessaires. Le Brésil expérimente

l'institutionnalisation d'un nouveau mode de gouvernance des politiques agricoles qui considère d'un côté, l'appui technologique et productif à une agriculture entrepreneuriale plus compétitive et, de l'autre, un traitement social des divers segments d'agricultures à base familiale. Mais des questions conjointes se posent : le développement territorial peut-il être à la fois orienté vers le secteur agricole entrepreneurial et vers celui de l'agriculture familiale ? l'agriculture familiale peut-elle être aussi compétitive que l'agriculture d'entreprise ? quels sont les activités et services, sociaux et environnementaux, autres que la production agricole, apportés par les deux types d'agriculture ? Ce sont là des défis pour les institutions de recherche, qui se doivent d'accompagner de tels processus et d'éclairer des stratégies et des options pour garantir un accès aux revenus aux différents agriculteurs. La pluriactivité et la reconnaissance différenciée de la multifonctionnalité de l'agriculture et des territoires ruraux au Brésil sont donc sources de larges possibilités d'innovation.

Le Brésil ou la France ne peuvent s'accommoder d'une polarisation du développement qui accentuerait la concentration des ressources sur certains territoires et l'exclusion ou l'isolement pour d'autres. L'enjeu est bien de garantir aux populations locales rurales des conditions de vie satisfaisantes et durables « au pays », via des appuis publics spécifiques et différenciés. Ces dernières années, le Brésil a expérimenté les limites d'une politique de transferts sociaux, une distribution des terres sans moyens de production ou des aides dissociées de la construction d'une responsabilisation productive et citoyenne. Tout comme en France, il est impensable de laisser se développer des zones en marge qui pourraient rapidement devenir des foyers de pauvreté, voire de révolte et de violence. Par exemple, on constate, suite à la réduction des capacités d'absorption des migrations dans les grandes métropoles, des phénomènes de bidonvilles ruraux à la périphérie des petites villes de l'intérieur du Nordeste. La pluriactivité ou la multifonctionnalité est ainsi à l'ordre du jour, comme en Europe dans le cadre de la réforme de la Politique Agricole Commune, même s'il ne s'agit pas, bien sûr, de transférer tels quels les outils européens.

Bref, pour la recherche française et internationale, le Brésil offre une vraie coopération, étant donnée la taille, la qualité et les compétences de ses institutions et leur capacité à créer du savoir faire et de la formation d'excellence à la fois pour les jeunes et les professionnels. Dans cet esprit, l'Embrapa a commencé à mis en place des laboratoires extérieurs à l'étranger, comme le Labex auprès d'Agropolis Montpellier en France.

Le présent numéro a l'ambition d'illustrer la qualité et l'intensité des relations et des produits scientifiques par des résultats concrets. Que chaque auteur en soit remercié !

Clayton Campanhola

Président exécutif de l'Embrapa

Benoît Lesaffre

Directeur général du Cirad

1.2. Sabourin E ; Antona M (dir.) 2005, Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective, Paris, CIRAD et Petite Bibliothèque du MAUSS, 210p.

Résumé : L'un des fondateurs de la théorie de l'action collective, Mancur Olson, explique la logique de l'action collective, sur la base d'intérêts matériels individuels. D'autres auteurs se réfèrent à l'action collective en termes de mobilisation collective ou de mouvements sociaux, comme Alain Touraine, sans préjuger de la nature du moteur de cette action collective, mais en l'associant à une transformation historiquement située du groupe social impliqué. Comment caractériser et analyser ce qui tient pourtant de l'évidence dans les rapports économiques et sociaux entre les hommes et les collectivités : les interactions et tensions entre le social, l'affectif, l'éthique et l'intéressement (matériel en particulier) et qui reste cependant trop peu considéré par l'économie, voire par la sociologie, malgré l'apport essentiel de Marcel Mauss (1924) autour du don et du fait social total.

L'objectif de l'atelier de juin 2004, qui clôturait le second cycle du Séminaire Cirad sur l'action collective, était de contribuer à analyser les interactions, complémentarités et contradictions entre les relations collectives gouvernées par ce que l'on peut résumer sous le terme de lien social (parenté, amitié, alliance, proximité, identité, etc.) et celles dominées par les intérêts matériels.

Dans les deux cas de figure, il s'agit d'identifier les principes et les structures qui permettent de

caractériser les dynamiques privilégiant le "lien social" et celles privilégiant l'intérêt matériel.

Enfin, il convenait de restreindre la réflexion et l'analyse au cadre (déjà fort large) des processus d'action collective. Les textes réunis s'intéressent de fait non pas tant à une opposition artificielle, qu'aux interactions entre "valeurs sociales" et « intérêts matériels » au niveau des conditions, de la genèse et du fonctionnement de ces dynamiques d'action collective, ou bien de leurs difficultés : tensions, conflits, crise, anomie. Par contre, l'atelier n'a pas abordé les questions de l'économie morale et de la réputation, qui sous des rapports divers aux questions d'éthique et de prestige, font l'objet de nouvelles recherches après les travaux fondateurs de Thompson et de Scott.

Huit contributions sont réunies dans ces actes. Quatre d'entre elles plus conceptuelles et quatre, consacrées à des études de cas.

Le texte introductif (E Sabourin) tente de situer par rapport aux processus d'action collective, les catégories du don et de la dette ou encore les formes économiques proposées par K Polanyi : réciprocité, redistribution et échange. Il en donne une illustration autour des formes de gestion partagée des ressources naturelles et du travail dans diverses sociétés rurales contemporaines.

Le texte de Sylvain Dzimira approfondit le besoin de faire et de penser l'économie autrement. Il est fondé sur une analyse comparative rigoureuse de l'économie des conventions et de la théorie de la régulation. Il fait le constat de leurs difficultés à dépasser les limites des approches standard pour expliquer ce qui ne relève pas de l'échange marchand et introduit dans le champ de l'économie, le paradigme du don.

La contribution de Denis Barthélemy et al., vient préciser et discuter la notion d'encastrement de l'économique dans le social, issue des travaux de Polanyi et Granovetter. L'objet principal de leur texte est de montrer en quoi cette notion peut se révéler fallacieuse si elle n'est pas pensée comme interaction, non hiérarchisée, entre les valeurs d'abstraction propres au marché et celles de socialité.

Les quatre études de cas concernent trois continents différents : l'Afrique, l'Amérique Latine, et l'Océanie.

Jacques Marzin et Moussa Tassebendo analysent la confrontation entre deux cultures du crédit au Burkina Faso : celle, fondée sur le partage et la redistribution, de la société traditionnelle Moagai et celle des services de crédit rural décentralisé, qui bien que prétendant offrir une alternative au système bancaire classique, reste fondée sur l'individualisation de la prise du risque et la « rémunération de l'usage du temps » sous la forme des intérêts du capital.

Nicolas Ellison propose d'analyser trois niveaux de la reproduction sociale des communautés Totonaques du Mexique : la cohésion sociale de la communauté villageoise, l'identité collective territoriale autour du système des charges religieuses et l'action collective autour des projets de développement liés à la caféiculture.

Eric Penot illustre le rôle des relations sociales et économiques de partage de la terre (rizière) et de la force de travail (groupes de jeunes) dans le cas de la riziculture Balante en Guinée Bissau. La privatisation de la terre et la marchandisation du travail, s'accompagnent de la dégradation des valeurs de confiance, d'équité et de responsabilité, produites par ces structures de partage et d'entraide.

Hamid Mokaddem s'attache avec rigueur à l'analyse des composantes du lien social d'une part et des intérêts matériels d'autre part, dans sa lecture des actions collectives autour des recompositions des pouvoirs politiques en Nouvelle Calédonie, introduisant l'élément déterminant de l'identité des groupes et des collectifs.

Finalement, Fabrice Dreyfus nous livre en guise de conclusion, quelques commentaires sur ces contributions et quelques perspectives de travail, en particulier du point de vue méthodologique.

Capítulo de libro

1.3. Sabourin E, 2005 Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans l'action collective in Les tensions entre lien social et intérêts matériels dans les processus d'action collective, Sabourin et Antona (Dir) Paris, CIRAD et Petite Bibliothèque du MAUSS, pp. 13-39.

Abstract: The workshop deals with the tensions between social or materialist relationships which consider the interest of « others » or the general interest, on one hand, and on the other hand, relationships which give priority to the material or social interest of individuals or particular groups.

We consider the analysis of the principles and the values that bring about or perpetuate collective processes. It has been observed that actions that contribute to wider group interests or to general interest produce more social link and human values. In contrast, actions that give priority to the material interests of individuals or restricted groups, produce material goods for private accumulation,

to a greater extent than social link. In the first part of this paper we present a brief survey of several theories of social and economic co-ordination. In the second part we make the link between this question and the process of collective action. This is based on a comparative empirical analysis of material and social transformations in contemporary rural societies, and the motivations and restrictions to these collective actions.

2. Artigos em periódicos nacionais

2.1. Sabourin E. 2005, Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas, *Tomo*, v 7, 2004 (7) : 75-104

Resumo: O texto interroga o caráter operativo, tanto para a análise como para a ação das categorias da dádiva, da redistribuição e da reciprocidade nas sociedades rurais e camponesas contemporâneas. A análise fundamenta-se na constatação de contradições entre as práticas de reciprocidade dos agricultores e as políticas públicas de desenvolvimento rural, essencialmente fundadas no princípio utilitarista do livre comércio. A reflexão foi elaborada a partir de vários estudos de caso, em sociedades rurais da França, da África do Oeste, do Peru, da Oceania e da zona semi-árida dos Estados da Bahia e da Paraíba no Brasil. Nessas diversas comunidades, a permanência de prestações econômicas não mercantis e o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos coexistem no marco de uma integração parcial ao mercado. Essas práticas tradicionais ou readaptadas ao contexto atual são ignoradas pelas políticas e projetos de desenvolvimento rural, inclusive pelas propostas de apoio à organização local ou ao manejo das infra-estruturas e dos recursos comunitários. Da mesma maneira são ignoradas as formas de poder e de representação associadas à essas práticas. O trabalho analisa alguns exemplos de diálogo e de articulação entre organizações rurais e ação pública de maneira a adaptar e valorizar essas práticas de reciprocidade numa perspectiva de desenvolvimento rural e territorial sustentável.

Palavras chave: organização dos produtores, bens coletivos, reciprocidade, intercâmbio, economia de dádiva.

2.2. Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L, Florentino G L. 2005 Reconhecimento público dos atores coletivos da agricultura familiar no Nordeste. *Cadernos de Ciência e Tecnologia V 14 (1) : 111-116* (no prelo, saída em outubro de 2005)

Resumo: Agricultores do Nordeste desenvolveram nos últimos anos novas formas de ação coletiva no nível de comunidades camponesas e de organizações profissionais. O artigo analisa a origem, os fatores de emergência e o impacto dessas iniciativas locais ou regionais, assim como suas relações com os movimentos sociais e com o Estado. Esses novos atores ou essas novas práticas, correspondem principalmente a dispositivos coletivos de manejo de recursos naturais (água, pastagens, sementes) e/ou de produção de bens públicos: capacitação, informação, inovação, acesso a mercados específicos. O artigo tira algumas lições dessas experiências.

Palavras chave: ação coletiva, políticas públicas, organizações, inovação, Nordeste.

3. Artigos em periódicos internacionais

3.1. Sabourin E, Duque G., Diniz, P C O, Oliveira, M S L, Florentino G L. 2005 Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. *Cahiers Agricultures V 14 (1) : 111-116*

Résumé : Des agriculteurs du Nordeste ont développé ces dernières années de nouvelles formes d'action collective au niveau des communautés paysannes et des organisations professionnelles agricoles. L'article analyse l'origine, les facteurs d'émergence et l'impact de ces initiatives locales ou régionales ainsi que leurs relations avec les mouvements sociaux et avec l'État. Ces nouveaux acteurs ou ces nouvelles pratiques correspondent principalement à des dispositifs collectifs de gestion de ressources naturelles (eau, pâturages, semences) et/ou de production de biens publics : formation, information, innovation, accès à des marchés spécifiques. L'article tire quelques leçons de ces expériences.

Mots clés : action collective, politiques publiques, organisations, innovation, Nordeste.

3.2. Sabourin, E ; Tonneau JP ; Menezes M ; 2005 Is there a new peasant agriculture project ? An

analysis based on Brazilian and French examples in *Acta Agriculturae Serbica* vol IX, 17 : 19-31

Abstract: H. Mendras has taught us that the peasant category was meant to disappear when the peasant societies would disappear. He has well demonstrated this tendency in the European case. However, new evolutions in the social movement's up-dating the peasant identities in Europe, Latin America and Africa have brought this question to the present debate. The paper intends to present a comparative view of the new family agriculture in the Northeast of Brazil and France, considering the resistance, roots and peasant values. The Brazilian Northeast family farming is characterised by an irregular and partial relation to diversified markets as well to the resurgence of peasant reciprocity and redistribution relations and practises. In France, the peasant trade unions claims are more linked to value the products quality and local identity, although the peasant society does not endure any more. Thus, the integration to segmented markets more and more qualified or subsidised questions the extension and generalisation of the European peasant model. On the contrary, the Brazilian Northeast has kept peasant communities which are capable of develop regional and local collective projects. Besides the economic integration of the competitive family farming to the markets, there is an alternative for territorial and social integration through pluriactivity and multifunctionality of the agriculture. The challenge is to mobilise and negotiate public policies guided by the modern peasant agriculture, considering the collective attributes and human values, in staid of social assistance to poor peasant families.

Key-Word : family farming, peasant society, reciprocity, public policies, agroecology.

4. Artigos publicados integralmente em anais de congressos

- **Congressos e seminários nacionais**

4.1. Sabourin E. 2005 Organização dos agricultores e produção de valores humanos in VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, Belo Horizonte, 1-3 juin 2005 (GT 11 Territorios e atores rurais)

Resumo: A abordagem territorial do desenvolvimento, o desengajamento do Estado de apoios diretos à agricultura familiar e a segmentação dos programas públicos levam as organizações de agricultores a assumir novos papeis, justificados pelas agências de desenvolvimento na base das virtudes associadas ao capital social dos territórios, das comunidades rurais e das suas organizações. As poucas explicações quanto à origem do capital social, remetem para a mobilização de valores humanos (confiança, responsabilidade, solidariedade, justiça, etc) que seriam inseridos nas práticas sociais e culturais. A comunicação questiona essa tese e procura outra explicação à produção e à reprodução dos valores humanos, em particular no princípio de reciprocidade. A partir de exemplos no Brasil, examina-se em que condição e como, as diversas formas de organização dos agricultores conseguem manter a produção desses valores humanos, inclusive por meio de estruturas produtivas modernas, geralmente destinadas a inseri-las no sistema de livre mercado.

4.2. Sabourin E, 2005 organizações formais e dispositivos coletivos dos agricultores no Nordeste Semi-árido, in Seminário Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural, Brasília, UnB, Neagri, ICS, CDS, 27 de setembro de 2005.

Resumo: Nos últimos anos, novas formas de ação coletiva dos agricultores do Nordeste têm sido implementadas entre as comunidades camponesas e as organizações de produtores familiares (associações, cooperativas e sindicatos). Trata-se dos bancos de sementes, dos fundos rotativos e consórcios, dos grupos de agricultores experimentadores, dos grupos de comercialização em comum. A comunicação analisa a origem, os fatores de emergência e o funcionamento dessas iniciativas locais, assim como as suas relações com o movimento social e as instituições públicas. Esses grupos se caracterizam como dispositivos coletivos de manejo de recursos naturais comuns (água, floresta, pastagens, sementes) ou de produção de bens públicos (educação, informação, inovação, acesso a mercados específicos). No Nordeste, e em particular no Estado da Paraíba, vários desses dispositivos têm lutado junto com a sociedade civil organizada em fóruns híbridos, redes e articulações (semi-árido, água, sementes) para conseguir um reconhecimento ou um apoio por parte dos serviços públicos. O trabalho analisa, os ensinamentos e limites dessas novas formas de interação entre ação coletiva dos agricultores e a ação pública do Estado. Interroga a noção de economia solidária e, sobre tudo a origem dos valores humanos associados às relações interpessoais nesses dispositivos coletivos.

Palavras-chave: organizações de agricultores, políticas públicas, dispositivos coletivos, reciprocidade, Brasil

4.3. Sabourin E 2005 Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura para as ciências sociais, artigo aceito no XXIX Encontro anual da ANPOCS, GT 21, Caxambu, 25-29 de outubro de 2005

Resumo : O reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura e dos espaços rurais introduziu uma renovação nos enfoques, conceitos e métodos de análise da atividade agrícola e da ruralidade. Essa renovação, ainda pouco explorada, em particular quanto as suas conseqüências epistemológicas, tem a ver com o lugar da agricultura na sociedade, a relação cidade-campo, o manejo dos recursos naturais ou o papel da cultura e da identidade associadas aos territórios e produtos rurais. Uma dimensão essencial trazida pela noção de multifuncionalidade, é a necessidade de levar em conta prestações e relações econômicas que não pertencem ao campo do intercâmbio mercantil capitalista e relevam, portanto, de outras categorias: patrimônio, identificação social e econômica, reciprocidade, redistribuição, etc. A comunicação examina, a partir de resultados de pesquisas comparativas, entre países do Norte e do Sul inclusive o Brasil, o interesse e a aplicabilidade de algumas dessas categorias. Esses elementos contribuem para qualificar melhor essas prestações que as definições negativas como considerações não comerciais ou relações não mercantis.

Palavras chaves: multifuncionalidade da agricultura, identidade, reciprocidade, intercâmbio, políticas públicas.

4. 4. Sabourin E, 2005. Práticas de reciprocidade, políticas públicas e valores humanos a ser apresentado in Colóquio Agricultura familiar e desenvolvimento rural, GEPAD, UFRGS Porto Alegre, 24 e 25/11/2005

Resumo : As poucas explicações quanto à origem do capital social, remetem para a mobilização de valores humanos (confiança, responsabilidade, solidariedade, justiça, etc) que seriam inseridos nas práticas sociais e culturais. A comunicação questiona essa tese e procura outra explicação à produção e à reprodução dos valores humanos, em particular no princípio de reciprocidade. A partir da análise das práticas de reciprocidade no meio rural brasileiro, tanto como nas políticas públicas sociais ou redistributivas, examinasse quais são as estruturas de reciprocidade que podem ser resgatadas ou ampliadas. Essa análise permite associar a produção de valores humanos específicos a cada estrutura elementar de reciprocidade, oferecendo opções alternativas de renovação das formas de apoio institucional as organizações de agricultores como dos instrumentos de política pública de maneira mais geral.

Palavras-chave: reciprocidade, intercâmbio, políticas públicas, valores humanos, agricultores

- **Congressos e seminários estrangeiros ou internacionais**

4.5. Sabourin E, Trifunovic S. 2005 Globalisation, European extension and family farming challenge for sociology in : XXIst congress of the European Society for Rural Sociology, 23-27 August 2005, Keszthely, Hungary, 15p.

Abstract: In all European countries, family farm peasant units coexist with small or medium agricultural enterprises. In spite of several modernisation theories announcement, peasant agriculture (partially integrated to non perfect markets) has not disappeared, especially in Eastern Europe countries. By the way, in Eastern Europe, peasant family agriculture is faced to the double challenge of globalisation and UE extension. Smallholders and family farmers will be confronted with rapid change and new forms of competition. Some of them are afraid by the small farmers exclusion process, that western Europe countries have experimented during the 60's and 70's, in a quite more favourable context, in terms of income and job opportunities in other sectors. This paper examines which kind of rural sociology theories, categories and methods can help to analyze these processes and challenge. Is it in terms of resistance, of survival or in terms of mutation of peasant societies? Is there still any place for a new "peasant based" project? On another hand, is there any real issue with the complete evolution of family agriculture to a market integrated firm-like model? What about the new condition of rural life and rural activities? What are the possibilities and the limits of the alliance and links between family farmers and other stakeholders, in order to renew co-ordination mechanisms

and to redefine a new place for agriculture in the society? What could be, specifically, the sociological contribution of the notion of multifunctionality of agriculture and rural spaces?

4.6 Sabourin E. 2005 Organisation des producteurs, développement durable et production de valeurs humaines au Brésil, Séminaire Organisations rurales et développement durable, Montpellier, Cirad 7-8/09/05

Résumé: L'approche participative du développement « durable », le désengagement de l'état des appuis directs à l'agriculture familiale et la segmentation des programmes publics ont conduit les organisations d'agriculteurs à assumer de nouveaux rôles, justifiés par les agences de développement sur la base des vertus associées au capital social des communautés rurales et de leurs organisations. Les explications quant à l'origine du capital social renvoient toutes à la mobilisation de valeurs humaines (confiance, responsabilité, justice) qui seraient insérées dans les pratiques sociales et culturelles. A partir d'exemples au Nordeste du Brésil, cette communication examine dans quelles conditions et selon quelles modalités, les diverses formes d'organisation des agriculteurs parviennent à maintenir ou à garantir la production de ces valeurs humaines, y compris via des structures économiques et productives généralement destinées à les intégrer au système de libre-échange. Les exemples mobilisés concernent les formes d'entraide paysanne, les associations communautaires de producteurs, la gestion de ressources communes, mais également les nouveaux dispositifs d'interaction entre organisations paysannes et services publics.

4.7 Sabourin E, Florentino L, Duque, G , Lima M S V 2005, Développement durable et organisations des agriculteurs au Nordeste du Brésil, a ser apresentado no Séminaire Société Française d'Economie et Sociologie Rurale « Les institutions du développement durable des agricultures du Sud », 5-7/11/2005

Abstract: The reference to sustainable development principles can constitute an opportunity for peasant organisation to improve their position. Do peasant organisations use these principles to change their norms and practices or to modify the local framework of public policies elaboration? Sustainable development principles and projects can also represent a limitation for peasant organisation, because other stakeholders defending this notion can impose their own values, interest and strategies. What about manipulation issues? This paper presents the first results of an analysis of partnership projects and policies between the State and peasant organisation in Brazilian Northeast. Examples of water and seeds management are used and a case of alternative organic products marketing. The authors analyse the conflicts between new opportunities of public recognition of peasant organisations and the limitations link to rural development public policies modalities.

Key words: farmer's organisation, collective action, public policies, social capital, reciprocity

4.8 Sabourin E, Duque G, Tonneau J P, Diniz P C O, 2005 Interactions entre organisations de producteurs et politiques publiques au Nordeste Semi-Aride, Séminaire Organisations rurales et développement durable, Montpellier, Cirad 7-8/09/05

Résumé : Le renouvellement des politiques publiques d'appui à l'agriculture familiale au Nordeste du Brésil s'est appuyé successivement ou simultanément sur trois processus d'interaction avec les organisations de producteurs : la participation à l'orientation et au financement des projets spéciaux de lutte contre la sécheresse, la mise en place de conseils municipaux de développement (rural ou durable), l'approche territoriale du développement rural durable. Au Nordeste, ces mesures ont produit quelques acquis irréversibles en termes de représentation des producteurs familiaux et d'apprentissages institutionnels. Mais, elles ne sont pas parvenues à remettre en cause, hors des cas isolés, les relations de domination et d'asymétrie entre agriculteurs familiaux et élites politiques et administratives. Parallèlement à cette démarche descendante et relativement centralisée, impulsée essentiellement par l'état Fédéral, les organisations de producteurs ont cependant négocié la co-construction d'outils de politique publique intermédiaire, locales ou régionales avec divers niveaux de gouvernement (municipalité, état local, état fédéral). Dans les trois cas de gestion de ressources naturelles étudiés (banques de semences, pâturages communs, et citernes de stockage de l'eau), cette co-construction s'est caractérisée par trois constantes : la résistance de systèmes de production d'origine paysanne, l'organisation syndicale locale et le relais de réseaux non gouvernementaux ou d'instances d'action collective régionales (société civile) et enfin des tensions entre organisations de producteurs et politiques publiques. Le véritable défi n'en reste pas moins la pérennisation de ces dispositifs de co-gestion des ressources naturelles ainsi élaborés et la mise en place de structures d'apprentissage à même de garantir une production ou reproduction des compétences humaines,

institutionnelles et techniques au sein des communautés rurales concernées.

4.9 Scopel E, Triomphe B, Goudet M, Xavier J HV, **Sabourin E**, Corbeels M., Silva FAM. Potential role of CA in viabilizing small-scale farming systems in the Brazilian Cerrados in: Third World Congress on Conservation Agriculture, Nairobi, Kenya 3-7 October 2005

Abstract : Throughout Brazil, landless families are being resettled under the government's National Land Reform Program. The corresponding resettlements, the so-called '*assentamentos*', constitute for Brazil a new type of small-scale agriculture, the successful economic development of which promises to be long and challenging. The new settlers encounter a range of technical difficulties related to their limited, heterogeneous knowledge and experience about agricultural production, to their restricted access to financial resources and institutional support. This paper looks at some of the key characteristics of the farming systems of three *assentamentos* in the district of Unaí in the Cerrados region, and assesses whether and how conservation agriculture could constitute a viable basis for improving existing crop management practices and for increasing their sustainability and overall contribution to improved household livelihoods. The key problems identified were in order of importance: 1) late planting due to restricted access to tillage equipment for seedbed preparation; 2) poor weed control; 3)-low soil fertility and restricted access to fertilizers; and 4) water stress due to dry spells in the rainy season in combination with low soil water holding capacity. An approach to participatory development of CA cropping systems is outlined, as well as the first steps taken to test potentially useful CA technologies and to identify and formalize CA focus groups.

Key-words : Small-scale, conservation agriculture, focus groups, agronomic diagnosis, farmers' practices, livelihoods, participatory approaches

5. Relatórios de pesquisa

5.1. Sabourin E 2005 Contribuição dos dispositivos coletivos dos agricultores familiares para instrumentos de políticas públicas, relatório intermediário, UnB, Brasília, out.2005

Resumo : Face ao desengajamento do Estado das suas funções de regulação e de redistribuição, associado à privatização dos serviços públicos, as comunidades camponesas e rurais resistem e constroem dispositivos alternativos. Observa-se a multiplicação de iniciativas de sistemas locais de acesso, produção ou manejo de recursos comuns ou de bens públicos. Os agricultores ou as suas organizações asseguram, a nível local ou regional, por meio desses dispositivos, funções de interesse geral em termos de manejo de recursos naturais e ambientais, de bio-diversidade, mas também de experimentação técnica e social, muitas vezes sem beneficiar de ajudas públicas.

A questão da adoção de políticas alternativas e, em particular diferentes daquelas encorajadas e co-financiadas pelas agências multilaterais não é evidente. Apesar de ser um país agropecuário rico, o Brasil não dispõe de uma margem ampla de manejo dos recursos públicos oriundos da agricultura ou de outros setores suficientes para assegurar uma redistribuição mais eficiente, justa e sustentável das rendas da agricultura. Pois não existe sistema de taxas sobre a produção agropecuária gerando caixas ou fundos de redistribuição. A ajuda alimentar, a luta contra a pobreza e a desigualdade precisam ser associadas a medidas estruturais capazes de contribuir para a integração econômica, social dos rurais mais pobres mediante uma atividade produtiva. Ora bem, não existe apenas integração econômica e social por meio do mercado (do trabalho, dos serviços ou da produção). Existem também possibilidades de integração econômica e territorial por meio das práticas e atividades não mercantis. Uma alternativa simples, em termos de política de multifuncionalidade consiste em facilitar ou assegurar o funcionamento e a reprodução dos dispositivos coletivos de interesse público.

5.2. Sabourin E ; Florentino L. 2005 Rapport intermédiaire Projet "Les organisations rurales face aux politiques de développement rural : regard croisés Brésil-Indonésie" ACI Sociétés et développement durable, Ministère de la Recherche et Technologie, 14/06/2005, Paris, 27p

Résumé : Les organisations professionnelles rurales (OPR), comme les institutions publiques, s'approprient de la notion et des projets de développement durable pour modifier leurs normes ou les instrumentalisent pour modifier les dispositifs locaux d'élaboration/gestion des politiques publiques. Dans le contexte brésilien, les OPR ne sont pas simplement instrumentalisées par les pouvoirs publics ou les acteurs internationaux : elles peuvent aussi élaborer leur propre conception et stratégie du

développement durable qui s'applique aux caractéristiques sociales et mésologiques de leur territoire.

- Les politiques publiques alternatives (mise en place de conseils mixtes et gestion des ressources naturelles communes, du développement local ou territorial, prise en compte de la multifonctionnalité de l'agriculture ou de la forêt, etc), ne sont pas seulement dus à des experts éclairés ou à l'accumulation des résultats de la recherche ; les mouvements sociaux et la « société civile » ont eu un rôle fondamental dans leur conception et dans leur négociation avec les pouvoirs publics.

- Les programmes de développement durable supposés induire une redéfinition des rapports de pouvoir locaux en réduisant les asymétries et en favorisant la mise en œuvre d'une gouvernance locale, entraînent, souvent, une segmentation des politiques publiques (environnement, lutte contre pauvreté, genre, jeunes, etc) et une disjonction entre appuis sociaux et technico-productifs. Cette segmentation des politiques publiques est contraire au principe de développement durable, d'articulation entre social, économique et écologique.

Deux éléments importants doivent être approfondis. Les questions d'identité professionnelle et sociale, doivent être approfondies et mieux articulées aux relations et structures de production de valeur (matérielles ou éthique). Les formes de gouvernance territoriale et les modalités concrètes par lesquelles les OPR parviennent à exercer un rôle de médiation dépendent, à la fois d'une reconnaissance des pouvoirs publics et d'une légitimité reconnue par les groupes sociaux rassemblés sur la base d'appartenances professionnelles et/ou territoriales. Cela suppose d'interroger également le mode d'exercice du pouvoir par les acteurs publics, afin de comprendre les stratégies des acteurs intermédiaires que sont les OPR, et ce, dans les différents contextes nationaux et régionaux.

5.3. Sabourin E, Duque G, Tonneau J P, Diniz P C O, 2005 Interações entre organizações de produtores e políticas públicas no Nordeste Semi-Arido, Cirad, UnB, Montpellier, Brasília, setembro de 2005

Resumo: Nos últimos anos, novas formas de ação coletiva dos agricultores do Nordeste têm se implementado, entre as comunidades camponesas e rurais e as organizações formais dos produtores familiares (associações, cooperativas e sindicatos). Trata-se dos bancos de sementes, dos grupos de fundos rotativos e consórcios, dos grupos de monitores ou agricultores experimentadores, dos grupos de comercialização em comum. A comunicação analisa a origem, os fatores de emergência e o funcionamento dessas iniciativas locais, assim como as suas relações com o movimento social e as instituições públicas. Esses grupos se caracterizam como dispositivos coletivos de manejo de recursos naturais comuns (água, floresta, pastagens, sementes) ou de produção de bens públicos locais (formação, informação, inovação, acesso a mercados específicos). No Nordeste, e em particular no Estado da Paraíba, vários desses dispositivos têm lutado junto com a sociedade civil organizada em fóruns híbridos, articulações ou comissões (semi-árido, água, sementes) para conseguir um reconhecimento ou um apoio por parte dos serviços públicos. Os autores analisam os ensinamentos e limites dessas novas formas de interação entre ação coletiva dos agricultores e dos trabalhadores rurais e ação pública do Estado.

5.6. Tonneau JP ; Sabourin E, 2005. Relatório final do projeto « Interação entre políticas públicas e dinâmicas locais sobre a agricultura familiar : estudo comparativo no Brasil » Cirad, Inra, Montpellier, Brasília, setembro de 2005, 120p.

Resumo : O relatório final do projeto é dividido em três partes : a primeira apresenta a metodologia de trabalho em grupo. A segunda parte reúne os dez estudos de casos: três nos estados do Sul, dois na região centro-oeste, dois na Amazônia e três no Nordeste. A terceira parte apresenta uma contextualização e uma síntese dos elementos trazidos pelos estudos de caso. Divide-se em quatro sub capítulos: o primeiro apresenta um resumo da evolução histórica da agricultura brasileira e das políticas agrícolas. O segundo trata da situação e das dinâmicas atuais da agricultura familiar. O terceiro analisa as recentes políticas públicas específicas para a agricultura familiar. O quarto subcapítulo examina os efeitos da interação entre essas políticas e as dinâmicas locais sobre a agricultura familiar, destacando pistas de intervenção e de pesquisa.

Palavras-Chaves: agricultura familiar, políticas públicas, dinâmicas locais, ação coletiva